



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS
Mestrado em Museologia e Patrimônio

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E MUSEUS

***A Coleção Balbino de Freitas e o Museu
Nacional***

Helena Vieira Leitão de Souza

UNIRIO / MAST - RJ, Julho de 2012

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E MUSEUS

*A Coleção Balbino de Freitas e o
Museu Nacional*

por

Helena Vieira Leitão de Souza

*Aluna do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio
Linha 02 – Museologia, Patrimônio e Desenvolvimento*

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Museologia
e Patrimônio.

Orientador: Professora Doutora Deusana
Maria da Costa Machado

UNIRIO/MAST - RJ, Julho de 2012

FOLHA DE APROVAÇÃO

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E MUSEUS

A Coleção Balbino de Freitas e o Museu Nacional

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Prof. Dr. _____
Deusana Maria da Costa Machado

Prof. Dr. _____
Márcio Ferreira Rangel

Prof. Dr. _____
Rita de Cássia Tardin Cassab

Rio de Janeiro, 2012

S729 Souza, Helena Vieira Leitão de.
Patrimônio arqueológico e museus : a coleção Balbino de Freitas e o
Museu Nacional / Helena Vieira Leitão de Souza, 2012.
151f. ; 30 cm

Orientador: Deusana Maria da Costa Machado.
Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro ; MAST, Rio de Janeiro, 2012.

1. Coleção Balbino de Freitas. 2. Museus. 3. Patrimônio - Preservação.
4. Coleções arqueológicas. 5. Brasil – História – Período pré-colonizador.
6. Sambaquis. I. Machado, Deusana Maria da Costa. II. Universidade Federal do Estado do Rio Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Mestrado em Museologia e Patrimônio. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins.
IV. Título.

CDD – 069

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora Deusana, pela confiança, amizade e oportunidade de trabalharmos e aprendermos juntas.

Agradeço aos professores Márcio Rangel e Rita Cassab, por terem aceitado participar da banca, enriquecendo meu trabalho com suas contribuições.

Também agradeço à professora Alejandra Saladino, que se empolgou com minha pesquisa, me orientou no estágio-docência e foi sempre muito prestativa.

Agradeço à professora Maria Dulce Gaspar, que participou de minha banca de qualificação e à professora Glaucia Sene, pelas contribuições.

À CAPES, pela concessão da bolsa que financiou essa pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – agradeço à coordenação, à secretaria e aos professores, dos quais gostaria de destacar o professor Marcus Granato, novamente o professor Márcio Rangel, o professor Mário Chagas e a professora Heloisa Costa, que se não contribuíram diretamente para a produção dessa dissertação, contribuíram para o aumento do meu conhecimento.

Ao Museu de Astronomia e Ciências Afins, por toda a estrutura que nos oferece, e à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Da Universidade, preciso destacar a segurança do CCH Edmílson (que deveria ser o reitor da Universidade) e os seguintes professores: Amir Geiger, Anaído Baraçal, Charles Feitosa, Cícero Almeida e Valéria Wilke.

Aos meus colegas de turma, pela amizade, risadas e por serem algumas das pessoas mais especiais que conheci: Anna, Antonio, Claudia, Dani, Denise, Eliane, Elisama, Emerson, Geisa, Karla, Marcela, Marcelo, Josi, Roberto e Rodrigo.

Aos outros amigos que torceram, em especial Diego, Paula e Wilson.

Aos funcionários do Museu Nacional, principalmente à professora Tânia Andrade Lima, que autorizou a pesquisa sobre a coleção, à Angela Camardella, que me atendeu com toda a gentileza possível e ao setor de Museologia do Museu, especialmente Marilene de Oliveira Alves, Miriam Miranda e Thais Rodrigues.

Aos funcionários do Arquivo Central do IPHAN/RJ, principalmente Cynthia Lopes e Maria Soares, que foram extremamente prestativas e atenciosas.

Aos meus pais, Bernardo e Geli, pelo apoio, suporte (inclusive financeiro) e por saberem que, na vida, tudo passa, somente o conhecimento fica e é o maior legado que podemos passar para os nossos filhos.

Ao meu noivo, Alexandre, pelo amor, incentivo e por me acompanhar em arquivos, museus, sempre pronto para me ajudar com as reproduções, anotações e o que mais fosse preciso. E por me fazer rir quando eu precisava, graças aos muitos “Wagner Liebe”, “Fraude” e “Adrian” da vida.

Ao Contribuinte.

Desde a pré-história, os homens são construtores.

Walter Benjamin.

RESUMO

SOUZA, Helena Vieira Leitão de. **Patrimônio Arqueológico e Museus**

Orientador: Deusana Maria da Costa Machado. UNIRIO/MAST. 2012. Dissertação.

A Dissertação analisa as relações entre Patrimônio, Arqueologia e Museus através do estudo da coleção Balbino de Freitas, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e sob guarda do Museu Nacional da UFRJ. Nossa proposta é demonstrar a importância que as coleções arqueológicas que se encontram em museus possuem no processo de valorização e preservação do patrimônio arqueológico, processo esse que perpassa pelo campo de atuação da Museologia.

Pretendemos abordar questões relativas aos processos de musealização e tombamento de coleções arqueológicas e observações acerca de patrimônio científico. A proposta de nossa dissertação é demonstrar que os museus e suas coleções possuem um importante papel como mediadores na relação entre patrimônio e arqueologia, contribuindo para uma cada vez maior valorização do patrimônio arqueológico brasileiro.

Palavras-chave: Museus, Patrimônio, Pré-História Brasileira, Coleção Balbino de Freitas, Sambaquis.

ABSTRACT

SOUZA, Helena Vieira Leitão de. **Patrimônio Arqueológico e Museus**

Advisor: Deusana Maria da Costa Machado. UNIRIO/MAST. 2012. Dissertation.

This dissertation broaches the relations between Heritage, Archeology and Museums, throughout the analysis of the Balbino de Freitas Collection, which is registered and protected by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional and under the guard of Museu Nacional of UFRJ. We intend to demonstrate the relevance of the Archeological Collections stored in the museums to the Archeological Heritage's process of enrichment and preservation. This process takes place in the Museology field.

We also intend to deal with the topics related to the process of the Archeological Collections musealization and the register and protection of these collections and observations about the scientific heritage. Our objective is to show that the museums and their collections play an important role as mediators in the relationship between Heritage and Archeology, which contributes to an increasing enrichment of the Brazilian Archeological Heritage.

Keywords: Museums, Heritage, Brazilian Prehistory, Balbino de Freitas Collection, Sambaquis

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICOM – *International Council of Museums* (Conselho Internacional de Museus) - órgão filiado à UNESCO

ICOFOM - *International Committee for Museology*, (Comitê Internacional de Museologia do Conselho Internacional de Museus)

ICOMOS – Conselho Internacional de Sítios e Monumentos

ICCROM – Centro Internacional para a Preservação e o Estudo de Patrimônio Cultural

IPHAN – Instituto de Patrimônio Artístico e Histórico Nacional

MEC – Ministério da Educação

MINC – Ministério da Cultura

MN – Museu Nacional

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS:

Figura1 – Trecho da carta de sr. José Vidal comunicando a venda de parte da coleção para Alemães	Pág. 43
Figura 2 – Boleadeiras Maiores	Pág. 50
Figura 3 – Boleadeiras Médias	Pág. 50
Figura 4 – Boleadeiras Menores	Pág. 50
Figura 5 – Itaiças	Pág. 51
Figura 6 - Peça 29.971.	Pág. 51
Figura 7 – Peça: 30.176.	Pág. 51
Figura 8 – Peça 30.224	Pág. 51
Figura 9 – Peça: 30.230.	Pág. 51
Figura 10 – Mão de Pilão e Percutor	Pág. 52
Figura 11 – Pesos de Rede	Pág. 52
Figura 12 – Pontas de Projétil	Pág. 53
Figura 13 – Peça: 29.863.	Pág. 54
Figura 14 – Peça: 30.066	Pág. 54
Figura 15 – Peça 30.098	Pág. 54
Figura 16 – Peça: 30.036	Pág. 54
Figura 17 – Peça: 30.038	Pág. 54
Figura 18 – Peça: 30.039	Pág. 55
Figura 19 – Peça 30.040	Pág. 55
Figura 20 – Peça: 30.041	Pág. 55
Figura 21 – Peça: 30.046	Pág. 55
Figura 22 – Peça: 30.048	Pág. 55
Figura 23 – Peça: 30.049	Pág. 55
Figura 24 – Peça: 30.062	Pág. 55
Figura 25 – Conjunto Zoólitos	Pág. 55
Figura 26 – Peça 29.840	Pág. 56
Figura 27 – Peça 29.846	Pág. 56
Figura 28 – Peça 29.847	Pág. 56
Figura 29 – Peça 29.861	Pág. 56
Figura 30 – Peça 29.886	Pág. 56
Figura 31 – Peça 29.887	Pág. 56

Figura 32 – Peça: 29.888	Pág. 57
Figura 33 – Peça: 29.898	Pág. 57
Figura 34 – Cesto	Pág. 57
Figura 35 – Colar	Pág. 58
Figura 36 – Colar	Pág. 58
Figura 37 – Colar	Pág. 58

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1 -	Pág. 49
Tabela 2 -	Pág. 60

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	01
Cap. 1 – COLEÇÕES E PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO	08
1.1 – CONCEITO DE PATRIMÔNIO	09
1.1.1 – Histórico do Conceito	09
1.1.2 – Histórico do Conceito no Brasil	15
1.2 – COLEÇÕES	17
1.2.1 – Coleções e Objetos	18
1.2.2 – Gabinetes de Curiosidades e os Primeiros Museus Científicos	20
1.2.3 – Coleções Museológicas	22
1.2.4 – Coleções Arqueológicas	24
1.3 – PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO	26
1.3.1 – Artefatos Arqueológicos e a Legislação Brasileira	30
1.3.1.1 – O Decreto-Lei nº25	31
1.3.1.2 – A Lei nº 3.924	32
1.3.1.3 – Outras Leis	34
Cap. 2 – A COLEÇÃO BALBINO DE FREITAS	36
2.1 – O MUSEU NACIONAL	37
2.1.1 – Formação das Coleções do Museu Nacional	39
2.1.2 – As Coleções Arqueológicas do Museu Nacional	41
2.2 – A COLEÇÃO BALBINO DE FREITAS	42
2.2.1 – Histórico da Coleção Balbino de Freitas	42
2.2.2 – Características da Coleção	49
2.2.3 – A Coleção no Museu Nacional	62
Cap. 3 – RELAÇÃO PATRIMÔNIO, ARQUEOLOGIA E MUSEUS	65
3.1 – DISCUSSÃO SOBRE A VALORAÇÃO DAS PEÇAS	66
3.3.1 – Coleção Balbino de Freitas – uma coleção científica	66
3.3.2 – De Coleção Particular a Coleção Pública	68
3.3.3 – A Coleção Balbino de Freitas e o Processo de Tombamento	71
3.3.4 – A Coleção Balbino de Freitas e o Intangível	73
3.2 – COLEÇÕES E(M) MUSEUS: RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO E ARQUEOLOGIA	77
3.2.1 – A musealização da Arqueologia	77
3.2.2 – A visão sobre Patrimônio Arqueológico no Museu	79
CONCLUSÕES: SOBRE MUSEUS, COLEÇÕES E ARQUEOLOGIA	82
REFERÊNCIAS	85

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como proposta discutir as relações que permeiam coleções arqueológicas, museus e patrimônio, sendo tais relações embasadas pelos conceitos e estudos de Museologia e Patrimônio. Como um estudo desses não pode ser realizado dentro dos limites de uma dissertação de mestrado, optamos por apresentá-lo a partir de um estudo de caso. Para isso, trabalhamos com uma seleção de objetos: peças arqueológicas, que se encontram sob guarda e em exibição em um museu. A partir do estudo desses objetos, pretendemos lançar luz sobre algumas questões envolvendo a caracterização do patrimônio arqueológico e sua relação com museus.

O objeto de estudo é a Coleção Balbino de Freitas, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e sob guarda do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É a partir do estudo dessa coleção que pretendemos elaborar e procurar responder algumas questões relacionadas à Museologia, Patrimônio e Coleções Arqueológicas.

A Coleção Balbino de Freitas possui algumas peças na exposição permanente do Museu Nacional e outras guardadas em Reserva Técnica do Departamento de Arqueologia.

Escolhemos tratar de coleções arqueológicas e sua constituição como patrimônio por acreditarmos ser um campo de estudo amplo e que, em muitas vezes, encontra-se ligado à área da Museologia, especialmente quando seus artefatos encontram-se dentro do universo dos museus. Esse tipo de aproximação pode ocorrer a partir de qualquer objeto ou sítio arqueológico que esteja ou já tenha passado pelo processo de tombamento e musealização.

CURY (1999: 52) vê a musealização como a valorização de objetos, que se dá através de quatro passos: 1. seleção para a composição de uma coleção ou acervo (ação consciente de preservação); 2. inserção de objetos em um contexto museológico (processo que parte da aquisição para chegar à comunicação); 3. seleção de objetos para uma exposição (dar forma a conceitos através do uso de objetos); e, por fim, 4. a comunicação desses objetos no espaço do museu, que é chamada por Cury de comunicação museal (desencadear um processo de comunicação que se inicia na concepção da exposição, montagem, abertura para o público e avaliação). A opção por trabalhar com uma coleção arqueológica que já se encontra musealizada (poderíamos ter optado por trabalhar com alguma que ainda irá

passar pelo processo de musealização, ou até com um sítio arqueológico musealizado) ocorreu por nos interessar a possibilidade de discussão de como o processo de musealização é consolidado. Devemos, portanto, salientar que nosso interesse é pensar os objetos em seu conjunto, não um por um. É claro que não podemos negar que cada um possui sua especificidade e procuraremos destacar alguns que nos pareçam mais relevantes para a compreensão da Coleção como um todo, mas não iremos fazer um estudo especificado e detalhado de cada objeto, mas sim de como se apresenta o seu conjunto.

Um outro ponto importante que pretendemos abordar é a questão das coleções científicas, um elemento-base para a constituição do patrimônio arqueológico. A musealização desses bens culturais é um importante passo para a consolidação desse processo, e acreditamos que um estudo mais aprofundado acerca da coleção proposta permitirá não só um entendimento de como se dá a construção do patrimônio arqueológico, como também poderá gerar algumas sugestões para um maior aprofundamento do processo de musealização.

Sendo assim, ao longo de nossa discussão, pretendemos abordar questões relativas aos processos de musealização de coleções arqueológicas, tombamento e observações acerca de patrimônio científico. Optamos por seguir dois eixos: a questão do patrimônio científico e sua legitimação, e a discussão acerca do tombamento do patrimônio arqueológico e suas relações com o museu.

Acreditamos que realizar esse estudo a partir da visão da Museologia será proveitoso, considerando que parte do patrimônio arqueológico brasileiro encontra-se musealizado e, como tal, carece de visões acerca dessa especificidade. Peças e sítios arqueológicos, quando musealizados, ganham uma nova perspectiva que deve ser levada em conta e que se soma à sua perspectiva científica.

Esse tipo de coleção apresenta uma das possíveis conexões entre artefatos, construções, fazeres, saberes e meio ambiente, de tal modo que se pode refletir sobre as relações entre os seres humanos e seu meio natural. Um estudo, mesmo que não atinja toda a profundidade possível acerca dessas relações contribui para um melhor entendimento das mesmas. Afinal, podemos pensar as coleções como uma forma de patrimônio arqueológico, entrando em uma discussão: os artefatos, após serem escavados, coletados e retirados dos sítios e colocados em museus, ainda são patrimônio arqueológico? Para muitos pesquisadores, apenas os sítios arqueológicos seriam considerados patrimônio dessa área de conhecimento. Porém, acreditamos que as coleções científicas são um elemento-base para a construção do patrimônio

arqueológico. A musealização desses bens culturais é um importante passo para a consolidação desse processo, e acreditamos que um estudo mais aprofundado acerca da coleção proposta permitirá não só um entendimento de como se dá a construção do patrimônio arqueológico, como também poderá gerar algumas sugestões para um maior aprofundamento do processo de musealização.

Uma outra discussão pode ser apresentada: os objetos arqueológicos são parte do patrimônio científico (e cultural) brasileiro, e, portanto, são passíveis de serem apreendidos pela população, tornando-se um dos elementos – senão em realidade, ao menos em potência – de construção da identidade nacional e do desenvolvimento da sociedade, por serem frutos de atividades humanas de nossos antepassados, e objetos de estudos de nossos pesquisadores. O patrimônio arqueológico é também um patrimônio científico. Por isso, exige todos os cuidados e reflexões que permeiam este último tipo de patrimônio. Falar da prática científica – não apenas a arqueológica como também a que ocorre dentro dos espaços dos museus – também é uma forma de entendermos melhor essas coleções e abriremos caminhos para eventuais estudos sobre identidade nacional e desenvolvimento social que contemplem o patrimônio arqueológico brasileiro.

Logo, a proposta de nossa dissertação é demonstrar que os museus e suas coleções possuem um importante papel como mediadores na relação entre patrimônio e arqueologia, contribuindo para uma cada vez maior valorização do patrimônio arqueológico brasileiro.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Estudar a relação entre patrimônio e arqueologia, a partir da coleção Balbino de Freitas, que se encontra depositada no Museu Nacional.

Objetivos Específicos

1. Identificar se a Coleção Balbino de Freitas é representativa do patrimônio arqueológico brasileiro.

2. Perceber qual a importância dos museus e suas coleções na apreensão do patrimônio arqueológico.
3. Descobrir quais são os elementos que compõem o patrimônio arqueológico brasileiro, bem como suas faces material e imaterial.

Hipóteses

Ao realizarmos nosso trabalho, partimos de algumas hipóteses que tecemos como forma de responder aos objetivos que propomos.

Primeiramente, acreditamos que a coleção escolhida pode servir como uma ferramenta que auxilie na compreensão da relação patrimônio-arqueologia que se apresenta (embora não seja seu único local) dentro do espaço dos museus. Acreditamos que a coleção é representativa do patrimônio arqueológico brasileiro e que, como tal, contribui para o estudo da relação mencionada.

Ao estudar a Coleção, com foco nas suas especificidades (sua trajetória, ser uma coleção tombada, conter uma dimensão imaterial, ter peças na exposição permanente do Museu) e procurando relacioná-la com alguns conceitos-chave, pensamos que será possível identificar os elementos do patrimônio arqueológico brasileiro, pois se a Coleção é representativa do mesmo, ela irá conter as características que qualificam esse tipo de patrimônio.

O museu que a guarda funciona como um espaço interessante para percebermos como se dá a relação entre arqueologia e patrimônio a partir de coleções; não só por se tratar de um museu científico, mas por estar constantemente realizando práticas científicas sobre e na coleção, práticas essas que demonstram a importância dos museus para a compreensão, e até mesmo a caracterização, do que é patrimônio arqueológico brasileiro.

Material e Metodologia

O objeto de estudo da pesquisa é a Coleção Balbino de Freitas, pois a mesma possui critérios importantes para a análise de uma coleção arqueológica e pertence a uma importante instituição de ensino/pesquisa brasileira. Uma parte de seus objetos foi selecionada para a exposição permanente do Museu Nacional/UFRJ; além de ser

uma coleção tombada pelo IPHAN e ser objeto de estudos científicos dos sambaquis brasileiros. Por isso, serve para nosso propósito de discutir questões relacionadas à política de tombamento, coleções científicas e museus.

Primeira etapa: Para a execução da dissertação, realizamos, primeiramente a leitura e fichamento de bibliografia especializada em Museologia, Patrimônio e Arqueologia, de modo a se poder construir um quadro teórico consistente.

Segunda etapa: Após as leituras e fichamento, iniciamos as visitas ao Museu Nacional, para conhecer a coleção, ver o inventário e o catálogo dos objetos, conhecer a documentação existente sobre a Coleção no Museu. Os objetos estudados foram fotografados e estão representados nas ilustrações da presente dissertação.

Terceira etapa: Visitamos também o Arquivo Noronha Santos, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, também no Rio de Janeiro, para consultar e posteriormente reproduzir o processo de tombamento da Coleção.

Quarta etapa: Analisamos os dados obtidos a partir dos conceitos teóricos por nós levantados durante a etapa de leitura e fichamento.

Quinta etapa: Por fim, tecemos a redação final da dissertação, com os resultados da pesquisa e das discussões propostas.

Estrutura da Dissertação

No primeiro capítulo, iremos apresentar e discutir alguns dos conceitos-chave relativo às questões de patrimônio e coleções, relacionando-os com as áreas arqueológica e, principalmente, museológica; de modo que seja possível montarmos um arcabouço teórico que permita embasarmos as discussões levantadas em nosso estudo.

Primeiramente, iremos apresentar aquele que pode ser considerado o conceito primordial de nossa discussão: o conceito de patrimônio; pois é a partir da ideia do que é patrimônio que iremos desenvolver toda a nossa argumentação. Aqui, iremos ressaltar o modo como os grupos sociais pensam, lidam e ressignificam esse conceito, ao longo de sua trajetória histórica. Depois, iremos fazer uma breve apresentação da evolução do conceito no Brasil, uma vez que a ideia de **patrimônio brasileiro** está ligada com as discussões que pretendemos empreender.

Em seguida, iremos abordar o conceito de coleção, ressaltando a importância dos processos de escolha dos objetos que as compõem e as diferenciações entre coleções públicas e privadas; também iremos fazer um breve histórico do conceito, focando na relação entre coleções e museus; por fim, iremos tratar especificamente das coleções nos campos museológico e arqueológico, que lhes conferem uma especificidade que nos interessa para as nossas futuras discussões.

Fecharemos o capítulo abordando o conceito de patrimônio científico e sua relação com os outros dois conceitos discutidos anteriormente, pois não só estaremos falando de **patrimônio** como também de **coleções** que formam um patrimônio científico; também iremos tratar como a legislação brasileira encara a questão.

No Capítulo 2, iremos apresentar a Coleção Balbino de Freitas, abordando seu histórico, suas principais características e as especificidades que apresenta. Inicialmente, iremos falar um pouco sobre o Museu Nacional, realizando um breve histórico sobre o mesmo.

Posteriormente, iremos tratar do histórico da Coleção Balbino de Freitas, focando em seu processo de compra por parte do Museu Nacional e a trajetória de seu tombamento.

Após apresentarmos o histórico da Coleção, iremos comentar suas principais características, demonstrando a variedade de peças, ressaltando as peças mais interessantes e comentando as peças que se encontram na exposição permanente do Museu.

Por fim, no Capítulo 3, abordaremos a relação entre patrimônio, arqueologia e museus, utilizando como embasamento as características apresentadas pela Coleção Balbino de Freitas. Nessa discussão, iremos, em primeiro lugar, comentar as possibilidades de valoração das peças como elemento primordial para a compreensão da Coleção como patrimônio.

Como possibilidades de valoração, apresentaremos as questões de: coleção científica, coleção particular que se tornou pública, o processo de tombamento e a questão do intangível.

Depois, discutiremos a relação entre patrimônio e arqueologia que se dá no espaço de um museu. Para isso, comentaremos sobre o processo de musealização da arqueologia e, finalmente, como pode ser encarada a questão do patrimônio arqueológico em um museu.

CAPÍTULO 1

COLEÇÕES E PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

CAPÍTULO 1 – COLEÇÕES E PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

1.1 – CONCEITO DE PATRIMÔNIO

O primeiro conceito para discussão é o de **patrimônio**. A discussão envolverá questões que permeiam a proposição do que é patrimônio e a partir de quais aspectos ele se faz perceptível.

CHOAY (2001: 11) refere-se a patrimônio como *um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias*; pois, a ideia de patrimônio, como o concebemos hoje, se iniciou na França revolucionária, mas se expandiu para outras partes do mundo e, como tal, está ligado a ideia de comunidade, seja a nível nacional, regional ou local. Não podemos ignorar, entretanto, que usualmente, a definição daquilo que será considerado representativo e importante para uma comunidade virá do Estado.

CHOAY (2001: 11) também acrescenta que o patrimônio é constituído por uma acumulação contínua de diversos objetos, ligados por um passado comum – ainda que essa ideia de “passado comum” possa ser discutida, uma vez que a própria escolha de um grupo de objetos como representativo de um passado seja um definidor do que se crê como aquele passado, é importante salientar essa característica, especialmente quando dialogamos com uma área como a Arqueologia.

Para melhor entendermos este conceito, apresentaremos um breve histórico de sua evolução, demonstrando como foi modificado ao longo do tempo.

1.1.1 – Histórico do Conceito

A palavra patrimônio provém do latim *patrimonium*, que significava tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater familias*, pai de família (CARLAN, FUNARI, 2010: 16). Dessa forma, a origem da palavra encontra-se ligada ao universo do Direito e à ideia de herança que dele não se desliga totalmente, ainda que outros aspectos lhe sejam agregados.

A ideia de patrimônio deve ser compreendida dentro de uma perspectiva onde categorias como tradição, nação, território, memória e coletivo encontram-se presentes e interligadas, em maior ou menor escala, dependendo da época (DIAS, 2006: 342). A ideia de patrimônio é, antes de tudo, uma construção social, o que não

implica necessariamente que este seja um fenômeno verificado em todas as sociedades, nem em todos os períodos históricos (POMIAN, 1996: 93).

A consolidação inicial do conceito de patrimônio se deu na Roma Antiga onde foi associado à ideia de propriedade privada do *pater familias*, que deveria ser transmitida num processo contínuo através de gerações (CARLAN, FUNARI, 2010). Também foi em Roma que o sentido de monumento surgiu, pois objetos conquistados pelo exército eram expostos ao público para enfatizar a vitória do Império Romano. Entretanto, muitos desses monumentos foram destruídos com o declínio do Império e com o advento do cristianismo. O que não era destruído, era reutilizado pela Igreja, sendo construídos nesses locais igrejas, fortalezas ou moradias.

Uma onda de preservacionismo ocorreu por volta do século XII aumentou o interesse por objetos da antiguidade com o objetivo de perpetuar as riquezas e o domínio da Igreja. Ao longo da ascensão do Cristianismo, até a sua plenitude na Idade Média, ao conceito de patrimônio teve-se agregado um valor simbólico e, pela primeira vez, coletivo – o valor religioso. Isso era visível especialmente no culto aos santos e às relíquias. É um salto na ideia de patrimônio muito importante: o objeto que caracteriza o patrimônio não era mais algo que pertencia somente a uma pessoa (o pai de família), mas a toda uma comunidade. Passamos a ter, então, a valorização de lugares, objetos e rituais coletivos (CARLAN, FUNARI, 2010: 17). Devemos lembrar, também, que essa dimensão simbólica é extremamente importante na constituição do conceito de patrimônio – o uso do simbólico pelos atores sociais é essencial para a compreensão de decisões sobre preservação, destruição e elaboração de categorias de espaço e tempo (FONSECA, 2009: 51).

Uma grande virada na evolução do conceito ocorre no alvorecer da Idade Contemporânea: com a queda do *Ancien Régime* na França pelas mãos da Revolução, instituiu-se os primeiros decretos e aparatos jurídicos para proteção do Patrimônio Histórico Francês, formalizado pelo Comitê de Salvação Pública, em 1792. É quando vemos, pela primeira vez, o Estado assumindo a proteção legal de alguns bens, considerados de extrema relevância para a caracterização da nação (FONSECA, 2009: 51). A partir daí, bens que pertenciam à Igreja, à realeza e à nobreza (ou seja, que eram de particulares) passam a pertencer ao Estado (CARLAN, FUNARI, 2010: 20). É o surgimento de uma ideia que persiste até hoje: patrimônio é algo que pertence a toda uma nação e, como tal, deve ser preservado pelo poder público. Mais que isso, não só a dimensão simbólica encontra-se presente, mas há também valores como o histórico e o artístico, que se referem a uma identidade nacional (FONSECA, 2009: 55).

A partir desse momento, ocorreram as primeiras políticas para a conservação e preservação dos bens – no caso, bens que representavam a grandiosidade da nação francesa. Para isso, foram criados instrumentos jurídicos e técnicos onde podemos perceber o eco da ideia romana de patrimônio: o Estado, no lugar do *pater familias* define aquilo que será identificado e transmitido ao povo (seu herdeiro) como patrimônio, para que o preserve e retransmita as gerações futuras (POULOT, 2000:35).

Essa preocupação logo se espalhou por outras partes do mundo, sempre visando à preservação de bens que, de algum modo, estavam ligados à construção das identidades nacionais em formação no período (FONSECA, 2009: 59). Sendo assim, embora tenha havido o início de uma preocupação com a conservação dos bens, houve também o descarte e o desinteresse em relação a tudo aquilo que também poderia ser considerado patrimônio, mas que não se enquadrava dentro dessa concepção. Ao mesmo tempo, os bens considerados patrimoniais nessa época eram como que “separados” de todo o resto, se prestando somente à apreciação, não mais podendo ser utilizados.

Durante o século XIX, dois modelos de política de preservação de bens patrimoniais se consolidaram: o primeiro modelo, anglo-saxônico, propunha a participação de associações civis, que promoviam uma espécie de culto do passado, além de uma valorização estética dos monumentos; o segundo modelo era francês e se embasava na ideia do controle regulamentado pelo Estado (tendência que, podemos dizer, já era percebida no governo revolucionário). O modelo francês seria exportado não só para outros países europeus, como também para a América Latina, inclusive o Brasil (FONSECA, 2009: 62).

Ao longo do século XX, Antropologia e História foram revendo os seus estatutos e estudos, proporcionando conceitos de cultura e história mais amplos, o que levou a uma mudança na definição do que é patrimônio: a cidade passou a ser vista como um ambiente que congrega passado e presente; as línguas, valores, ritos, cerimônias e muitos outros aspectos da vida cultural e social de um grupo passaram a ser encaradas como referências culturais que precisavam de proteção tanto quanto os grandes monumentos. O conceito de patrimônio precisou ser reformulado: não mais referente apenas ao que era europeu, urbano e grandioso, mas englobando também, o que era indígena, aborígine, rural...

Dessa forma, a necessidade de se proteger o patrimônio de modo mais eficaz surgiu de forma iminente. A crescente urbanização levava ao receio de se perder o que era do passado. Durante a época de existência da Sociedade das Nações, criada

pelas potências vencedoras da I Guerra Mundial, a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual foi criada com o objetivo de potencializar as relações culturais entre os países. Foi graças a essa Comissão que se realizou a Conferência Internacional de Atenas, em 1931, que nos legou a Carta de Atenas, o primeiro documento internacional a falar da proteção dos bens históricos e artísticos – o que era considerado patrimônio na época.

Outro momento histórico que promoveu uma discussão profunda sobre o conceito de patrimônio foi a II Guerra Mundial (1939- 1945). Foi um evento que gerou a necessidade de se criar mecanismos internacionais de proteção ao patrimônio cultural e ambiental, além de estimular a restauração de monumentos e a reconstrução de cidades. Em 1946, já dentro da Organização das Nações Unidas, foi criada a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), funcionando em escala mundial e preocupada com a conservação do patrimônio a nível internacional – a crescente industrialização e os conflitos entre e dentro dos países demonstravam que os rumos desta modernização eram perigosos para a preservação do patrimônio, e que muitos governos locais eram incapazes de conservá-lo.

Sendo assim, a UNESCO pretendia formular diretrizes, critérios e prioridades para a proteção do patrimônio cultural mundial. Ela trouxe também uma ideia de patrimônio mais ampla, compreendendo monumentos arquitetônicos, sítios arqueológicos e os objetos dotados de valores histórico, cultural ou artístico, abrigados em três categorias: dos bens móveis ou imóveis que apresentassem uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos, dos edifícios cujo destino principal fosse o de conservar ou expor os bens culturais móveis, e dos centros monumentais que compreendessem um número considerável de bens culturais. Também com o tempo o patrimônio imaterial passou a ser incluído, apesar das dificuldades de sua preservação e conservação e até mesmo de sua conceituação.

Podemos notar que o entendimento do que seria patrimônio cultural nessa época reflete as sequelas profundas criadas pelas duas Grandes Guerras: grande parte do patrimônio arquitetônico e monumental europeu estava destruído, tendo ocorrido pilhagens de obras de arte e o desenvolvimento do comércio, muitas vezes ilegal, de arte, uma outra preocupação da ONU. Neste contexto, em 1946 ocorre a criação do Conselho Internacional dos Museus, o ICOM, sob a proteção da UNESCO (PRIMO, 1999: 18).

Essas, dentre outras razões, foram os grandes motivadores da Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, realizada pela UNESCO, em 1972, na Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural: o motivo inicial da preocupação internacional com o patrimônio cultural foi a ameaça de destruição dos templos de Abu Simbel e Philae, no Egito. Acontecimentos semelhantes na Itália e na Indonésia demonstraram a necessidade de um projeto para a proteção do patrimônio cultural mundial. Surgiu, assim, a ideia de um patrimônio mundial cuja atenção e zelo devem ser de interesse supranacional.

Este processo faz parte de uma conjuntura de expansão mundial da questão patrimonial, que se deu a partir da década de 1960. Nele ocorreu uma revisão de conceitos e de práticas, que ampliaram o significado de patrimônio cultural do ponto de vista tipológico e do ponto de vista cronológico. (SCIFONI, RIBEIRO, 2006: 3-4). Também a Convenção de Paris, em 1972, continuou o debate, iniciado em 1956, sobre a associação dos patrimônios cultural e natural. Percebeu-se ser possível associar natureza e cultura no âmbito dos bens patrimoniais.

Nessa Convenção foi criada a Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, que contém os sítios naturais, culturais e mistos de grande importância para a humanidade. Sua proposta é promover o reconhecimento internacional do valor do patrimônio. A Convenção respeita as legislações nacionais, estabelecendo um mecanismo complementar à proteção local, mas sem interferir ou impor medidas coercitivas.

O ano de 1972 também foi importante no campo da Museologia: nesse ano ocorreu a Mesa Redonda de Santiago do Chile, onde se propôs que a relação que o homem estabelece com o patrimônio cultural passasse a ser estudada pela Museologia, e que o museu fosse entendido como um instrumento e agente de transformação social. O Documento de Santiago trouxe como novidade o conceito de Museu Integral, uma instituição cujo papel era trabalhar com a comunidade por meio de uma visão de patrimônio integral (PRIMO, 1999). Como vemos, portanto, no campo da Museologia, a discussão sobre patrimônio, ligado aos museus, afinava-se com o que estava sendo discutido em escala global na UNESCO.

Há também uma outra corrente que teoriza sobre patrimônio que, embora não seja por nós seguida, é interessante comentar, ainda que brevemente.

Essa outra corrente opta por não seguir uma linha de pensamento mais histórica. Ao invés disso, ela encara o conceito de patrimônio como "*algo que não representa ideias [sic] e valores abstratos e para se contemplar. O patrimônio, de certo*

modo, constrói, forma as pessoas" (GONÇALVES, 2007: 108). Para essa corrente, portanto, "patrimônio" está agregado as relações sociais e simbólicas da sociedade. Ainda seguindo com GONÇAVES (*Idem*: 109), poderíamos dizer que:

Ela não é simplesmente uma invenção moderna. Está presente no mundo clássico, na idade média e a modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos que ela veio a assumir. Podemos dizer que ela também se faz presente nas chamadas sociedades tribais.

Podemos perceber que para essa corrente de pensamento, a ideia de patrimônio encontra-se presente em praticamente qualquer coletividade humana. Entretanto, nem todas as sociedades irão constituir o que elas entendem como patrimônio da mesma forma – se no Ocidente temos o acúmulo de bens, que ficam retidos e podem ser utilizados como forma de identificação com o Estado, em outras sociedades esse acúmulo ocorre visando sua posterior redistribuição ou até mesmo a sua destruição (GONÇALVES, 2007: 109). Ou seja, as sociedades terão sempre uma ideia de patrimônio (ainda que não possua esse nome ou a caracterização que lhe é dada no Ocidente), e lidarão com seu patrimônio de forma variada, podendo dar-lhe os mais diversos fins.

Após esse breve histórico, podemos dizer, generalizando, que há duas perspectivas de entendimento em relação ao conceito de patrimônio. Na primeira, o patrimônio firma-se como expressão de grandiosidade e beleza, que por sua vez advém do sentido de monumentalidade e pressupõe a intocabilidade. Assim, o patrimônio guarda uma legitimidade dada pelo discurso técnico-científico. Nesta dimensão, o reconhecimento público é direto e inquestionável, pois provém de um órgão do Estado. Entretanto, podemos também reconhecer uma outra forma de manifestação do sentido de patrimônio: ele seria algo a ser conquistado, por meio de luta e organização social, configurando um conceito ligado às práticas sociais e à memória coletiva (SCIFONI, RIBEIRO, 2006: 6).

Nessa segunda dimensão, podemos reconhecer outros valores, para além daqueles valores primeiros (aristocrático e religioso) e para além dos valores já institucionalizados; o valor histórico, por exemplo, tem seu espectro ampliado, contemplando não unicamente a perspectiva da tradição, mas também a de outros sujeitos históricos. Os valores social e afetivo passaram a representar o papel que os bens adquiriram no tecido social. Essa noção de um patrimônio cultural foi ganhando força nos últimos anos, alargando o conceito de patrimônio para a ideia de conjunto de

bens culturais, referente às identidades coletivas (e culturais de um grupo, povo ou sociedade).

Portanto, nesta perspectiva, o conceito de patrimônio aproxima-se da experiência de vida coletiva, da dimensão do cotidiano, e passa a considerar a importância dos bens e artefatos para além de si mesmos, incorporando o ambiente no qual foram produzidos e que com ele guardavam uma relação. O patrimônio não deixa de ser nacional, mas ele também passa a ser encarado como patrimônio em âmbito local, onde ele se manifesta nas práticas sociais, existindo por sua função ligada à memória e à identidade coletiva (SCIFONI, RIBEIRO, 2006: 9).

1.1.2 – Histórico do Conceito no Brasil

No Brasil, a ideia de patrimônio formalizada e pensada como a preocupação referente aos monumentos e objetos de valor histórico e artístico deu seus primeiros passos na década de 20 do século XX, quando grandes museus nacionais já se faziam presentes, mas faltava uma política de proteção aos bens culturais (FONSECA, 2009: 81).

Na década de 30, com o início da Era Vargas, surgiu campo fértil para o movimento preservacionista. Diversos intelectuais se uniram para denunciar o abandono de cidades históricas, chamando a atenção para questões como perda e importância do passado e necessidade de preservação. Inclusive, algumas tentativas de proteção foram feitas, como aquela capitaneada pelo intelectual e fundador do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso, que criou a Inspetoria dos Monumentos Nacionais em 1933, primeiro órgão oficial no Brasil destinado à defesa dos monumentos e incumbido, entre outras funções, do restauro e da inspeção dos monumentos nacionais e do comércio de objetos artísticos.

A segunda constituição republicana brasileira de 16 de julho 1934 contemplou as questões relativas à preservação em respostas às Cartas de Atenas de 1931 e de 1933. Consta na Constituição de 1934, capítulo I: “*Art 10 - Compete concorrentemente à União e aos Estados: III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte*”.

Em 1937, o Estado instituiu em o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN, a partir de um pré-projeto do escritor Mário de Andrade. A criação da Secretária foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 25 no dia 30 de novembro do mesmo ano. Com a criação do SPHAN, consolida-se a ideia de que monumento é um

artefato cultural construído para representar o passado – ainda que Mário de Andrade já assinalasse, em sua proposta entregue ao ministro Gustavo Capanema em 1936, que o patrimônio cultural da nação compreendia muitos outros bens além de monumentos e obras de arte (FONSECA, 2000: 11).

O SPHAN era dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade e integrava a estrutura do Ministério de Educação e Saúde – MES. Andrade dirigiria a Secretária até 1967, contando com o auxílio de intelectuais modernistas da época, como Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira, dentre outros.

Convém destacar que, durante o Estado Novo, o SPHAN possuiu uma relativa autonomia em sua área de atuação. A área do patrimônio estava à margem dos projetos culturais e educacionais do governo, permitindo que a Secretária funcionasse como um espaço do projeto intelectual modernista (FONSECA, 2000: 98), que elegeu, em um primeiro momento, as cidades históricas de Minas Gerais como o símbolo do que seria patrimônio histórico e artístico brasileiro.

Aqui pretendemos lançar uma reflexão: como nos lembra LE GOFF (1996: 535), o que sobrevive não é *exatamente* o que existiu no passado, mas aquilo que foi *escolhido* ser lembrado e representativo desse passado. A atuação do SPHAN (e, acreditamos, de qualquer órgão regulador do patrimônio que exista em outros países) seguiu, naturalmente, essa ideia – elegendo o que seria o representativo do Nacional e ignorando ou esquecendo aquilo que, no momento de avaliação, não parecia tão interessante. Um dos exemplos foi a não eleição, nos primeiros anos de atuação do SPHAN, do estilo arquitetônico eclético, que se reportava a outros estilos, mais antigos e fora predominante na República Velha (OLIVEIRA, 2008:26).

Não pretendemos criticar a atuação do órgão e de seus membros, apenas lembrar que a seleção existe e deve sempre ser levada em conta, especialmente porque é impossível guardar e/ou lembrar de tudo.

O SPHAN era o responsável pela organização, determinação e tombamento dos bens culturais escolhidos como patrimônio. Também era responsável pela articulação com outras instituições, como Igrejas, órgãos científicos e museus, para promover a conservação e a preservação desses bens (OLIVEIRA, 2008:25).

Ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1946, e com a criação da UNESCO, o Brasil participou de todas as discussões sobre as diretrizes, critérios e prioridades para a proteção do patrimônio cultural mundial, sendo signatário de várias recomendações. Na década de 1970, inicia-se uma série de transformações na ideia de patrimônio. Culturas regionais e fazeres cotidianos passam a ser valorizados e encarados também como patrimônio, ao mesmo tempo em que grupos que antes estavam marginalizados

começam a reivindicar o reconhecimento de seu patrimônio (COSTA, 2004). Podemos aqui destacar a atuação do Centro Nacional de Referência

Cultural, CNRC, como um órgão que procurou estudar e viabilizar outras formas de representação do patrimônio, como Artesanato, História da Ciência e Tecnologia e Levantamentos Sócio-Culturais e de Documentação (OLIVEIRA, 2008:29).

O período entre 1970-1990 foi marcado por mudanças significativas na concepção de patrimônio cultural, que incorporou novas categorias de bens que referenciavam diferentes etnias, exemplares da cultura popular e do mundo industrial e, também, os bens naturais. Houve um aumento do número de pedidos para tombamento de bens feitos por grupos ou pessoas que não tinham vínculo com o IPHAN, denotando um maior interesse da sociedade, ou de segmentos sociais, com relação à proteção do patrimônio cultural. Isto significou o reconhecimento, por parte da população, do patrimônio como um campo possível para afirmação de outras identidades coletivas (FONSECA, 1996). Essa tendência vem aumentando ao longo dos últimos anos.

1.2 – COLEÇÕES

Podemos pensar patrimônio como coleção de significados decorrentes de esquemas cognitivos relativos a sistemas culturais específicos. Mas é também coleção de significantes, coisas, materiais e imateriais (SALADINO, 2010: 38). Se seguirmos nesse caminho, precisaremos, então, pensar o que é coleção, outro conceito que iremos utilizar ao longo dessa dissertação.

Neste tópico pretendemos demonstrar a relação existente entre coleções e museus e tecer alguns breves comentários sobre o que seriam coleções museológicas e arqueológicas. Além disso, devido à natureza da coleção que será por nós estudada nos próximos capítulos, iremos também realizar alguns comentários acerca das diferenças entre coleções públicas e privadas.

1.2.1 – Coleções e Objetos

Colecionar objetos é uma prática que sempre acompanhou as sociedades ocidentais. A prática de colecionar é a geradora de grandes instituições que nasceram em épocas diferentes, mas que hoje se encontram bastante disseminadas pelo mundo: os arquivos, as bibliotecas e os museus.

A coleção pressupõe um objeto a ser coletado. É o conjunto de objetos que forma a coleção e, estando em uma, eles podem ou não serem compartilhados com outros, podem ou não serem exibidos. Mas é a prática de exibi-los que marca e caracteriza o surgimento de um tipo especial de museu – o mais conhecido, que é o chamado museu tradicional, cuja base conceitual é o objeto (SCHEINER, 1999: 144). A existência do objeto, em uma coleção, é que dá sentido ao museu tradicional, em contraposição a outros tipos de museu, como os museus de território ou virtuais, que embora possam ter objetos, estes não são essenciais para a existência do museu. Mas percebemos, uma relação muito forte entre museus e objetos.

Para POMIAN (1984: 53), coleção é um conjunto de objetos naturais ou artificiais mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial e expostos ao olhar do público. Por essa definição, podemos pensar que a coleção é como uma espécie de situação especial pela qual passam os objetos; uma situação que pode ou não ser duradoura, o que não invalida a sua importância. Nessa situação especial, o jogo econômico – de tão vital importância em nosso mundo – perde seu poder, pois não são suas regras que regem (ou não deveriam ser) o colecionar, fazendo valer outros critérios (científico, estético, filosófico...). Chama atenção, porém, que Pomian ressalte a exibição pública dos objetos, pois afinal, esta é uma das marcas dos museus.

A proteção é também elemento importante não só para a constituição das coleções como também para a sua manutenção. O desejo de proteger – ou seja, o de preservar e conservar – foi, como vimos no tópico anterior, motivador de muitas ações relativas ao patrimônio. Percebemos aí onde se iniciam as ligações entre coleções e patrimônio: o desejo de proteger e preservar, seja pelo importância do objeto, seja para resguardá-lo para as futuras gerações.

Entretanto, há uma outra característica das coleções ainda não mencionada: a classificação. Colecionar está ligado a classificar. Os objetos materiais existem como partes integrantes de sistemas classificatórios, seja em seu uso social cotidiano ou em um ritual extraordinário. É esta condição que lhes assegura o poder não só de tornar

visíveis e estabilizar determinadas categorias socioculturais, demarcando as fronteiras existente entre elas, como também o poder, não menos importante, de constituir sensivelmente formas específicas de subjetividade individual e coletiva (GONÇALVES, 2007).

Vimos no tópico anterior que uma primeira ideia de patrimônio surgiu ainda na Antiguidade. Podemos perceber que nessa mesma época, já era possível perceber a existência de coleções refinadas: coleções de objetos raros e/ou artísticos, que seriam um hábito comum das culturas egípcias e greco-romanas. Estas coleções eram enriquecidas principalmente com os espólios de guerra (prática, infelizmente, até hoje comum). Além disso, os romanos já tinham o costume de expor os objetos valiosos, frutos de seus saques. Dessa forma, podemos dizer que o colecionismo na antiguidade foi a primeira expressão de uma hierarquia política, econômica e social. Como exemplo, Suetônio (69 – 140), no século I da Era Cristã, já relatava a importante coleção numismática do Imperador Augusto (63 a. C. – 14 d.C.) (CARLAN, FUNARI, 2010: 17). Como o conceito de patrimônio, coleção estava ligada a um mundo de poucos e para poucos.

Durante a Idade Média, a tradição se mantém, com Igrejas e monastérios reunindo verdadeiros tesouros, que eram guardados nas próprias igrejas ou em criptas, junto com as relíquias de santos. Também a elite feudal acumulava objetos raros e artísticos. Conflitos, como as guerras e as Cruzadas, funcionavam também como fornecedores de objetos raros, que eram saqueados.

Entretanto, até o século XV, somente eram perceptíveis por parte dos colecionadores os valores material e simbólico dos seus objetos. Foi ao longo desse século e dos que o seguiram que os valores históricos, artísticos e documentais começaram a ser pensados e agregados ao mundo do colecionar. O colecionismo que passou a ser praticado nessa época reunia objetos do mundo natural e obras de arte greco-romanas, uma vez que o passado clássico era fortemente valorizado pela sociedade do Renascimento.

É a partir desta época que começam a surgir espaços formais dedicados a receber e exibir as coleções: gabinetes de curiosidade e museus.

1.2.2 – Gabinetes de Curiosidades e os Primeiros Museus Científicos

Os museus podem ser pensados como um dos espaços institucionais que, nas sociedades ocidentais e dentro deste contexto globalizado que começou a ser gestado na Idade Moderna, abrigam e exibem coleções (que variam entre científicas, artísticas etc.). Enquanto instituições culturais e científicas, eles têm acompanhado os últimos cinco séculos de história da civilização ocidental, assumindo funções e significados diversos ao longo desse tempo e em diferentes contextos sócio-culturais (GONÇALVES, 2007: 24-25). Seu desenvolvimento foi-se dando conjuntamente ao desenvolvimento das modernas sociedades ocidentais e de seus campos de conhecimento, e sua origem pode ser rastreada aos gabinetes de curiosidades.

Gabinetes de curiosidades começaram como armários que foram, pouco a pouco, se tornando aposentos que guardavam objetos exóticos (SILVA, 2004: 23), colecionados por interessados em história natural, arte antiga e qualquer outra coisa que parecesse interessante. Ao longo de todo o período do Renascimento, muitos desses colecionadores particulares abrigaram em seus gabinetes de curiosidades peças exóticas, exemplares da flora e da fauna (principalmente do Novo Mundo, tão diferentes dos que já eram conhecidos), objetos pré-históricos e etnológicos, sendo que a maioria o fazia ainda sem qualquer separação por “tipos” ou “categorias” (CAMARA, 2008: 32). Isso seria modificado pouco a pouco e a organização sistemática se tornaria, mais tarde, uma das características que diferenciariam os museus dos gabinetes.

As tentativas de organização, na verdade, surgiram ainda no século XVI no mundo do colecionismo – se a princípio os colecionadores acumulavam indiscriminadamente objetos curiosos, raros e belos, com o tempo eles tentaram criar divisões e organizações que fizessem sentido dentro daquele mundo. Em 1565, por exemplo, Samuel von Quiccheberg apresentou uma proposta de organização para o que considerou “o museu ideal”, dividida em três partes, a saber:

1. *Naturalia e Artificialia* – os elementos da natureza e os produtos das obras dos homens;
2. *Antiquitas* e História – as antiguidades clássicas;
3. Artes

(SCHREINNER *apud* BRUNO, 1999: 40).

No decorrer do período conhecido como Iluminismo (séculos XVII-XVIII) os gabinetes de curiosidades adquiriram um caráter enciclopédico, com a intensificação de práticas científicas, metódicas e especializadas do colecionismo. Essa intensificação foi normal numa sociedade de visão cada vez mais racionalista, que procurava substituir a “cultura de curiosidade” por uma atividade especializada, tornando os gabinetes de curiosidades, além de locais de exposição de artes e curiosidades, também locais de pesquisa, ligados à formação de conhecimento científico e formal. Foi assim que, no fim do século XVII, alguns gabinetes **quais?** tiveram suas coleções abertas ao público, estimulando assim os estudos científicos e dando início à difusão do saber (VIEIRA *et al*, 2007: 160), uma característica essencial dos museus contemporâneos.

Os museus, muitos surgidos a partir desses gabinetes de curiosidades, começaram principalmente como espaços privilegiados para abrigar essas coleções privadas, familiares ou ligadas a instituições que reuniam objetos devido ao seu caráter especial. O *Museum Kircherianum*, criado em 1651, surgiu a partir da coleção do padre jesuíta Athanasius Kircher, dedicado à pesquisa nas ciências naturais e egiptologia. O *Ashmolean Museum*, de 1683, é o mais antigo museu universitário, tendo sido transferido em 1845 para um prédio construído especificamente para recebê-lo.

Como um exemplo desses processos, podemos também citar o *British Museum*, criado em 1753, a partir da coleção pessoal do Sir Hans Sloane. Foi o primeiro museu público, gratuito, laico e nacional. Sir Hans Sloane (1663-1753) foi um colecionador de curiosidades. Nascido na Irlanda, e médico, possuía estreitas relações com a corte inglesa. Quando viajava em missões, dedicava tempo para coletar. Sua riqueza facilitou a aquisição de objetos valiosos e genuínos. Sua fama de colecionador atraiu marujos que vendiam coleções inteiras de objetos trazidos de viagens.

Sua coleção extrapolava o interesse pelo mundo natural que o cativou em suas missões coloniais. Era dividida em armários, com algum tipo de ordem, que separava animais, frutos, minerais, moedas e antiguidades, impressionando visitantes que vinham de todas as parte da Europa. Ao morrer, em 1753, sua coleção foi legada à *Royal Society*, de Londres, que uniu sua coleção à coleção de manuscritos do Sir Robert Cotton e à coleção da Biblioteca Real, dando origem ao Museu Britânico, idealizado para servir a homens de saber, britânicos ou não (CAMARA, 2008: 32-33). É um exemplo de coleção particular que foi adquirindo grandeza e importância, se tornando base de um dos maiores museus da atualidade.

Esse processo, tão típico do mundo europeu, expandiu-se para os países que haviam sido colônias europeias. No caso do Brasil, o primeiro Museu a ser criado foi o Museu Nacional do Rio de Janeiro ou Museu Real. Nossa primeira instituição científica, - hoje o maior museu do país. O histórico do Museu Nacional será mais bem tratado no capítulo 2 dessa dissertação.

Outros museus foram criados no país ainda no século XIX, tais como: Museu do Exército (1864), Museu Emílio Goeldi (1866), Museu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (1894), partindo de coletas do que existia de exótico, raro e curioso no território, para ser exposto no interior dessas instituições (NASCIMENTO, 1998: 31). A esses museus, muitos outros se juntariam, acompanhando não só o desenvolvimento da ideia de patrimônio nacional, como visto no tópico anterior, como também o desenvolvimento de políticas culturais e educacionais de diversos governos.

Podemos perceber, portanto, que a prática do colecionismo acompanhou o processo histórico do ocidente. E, no universo dos museus nascidos dos gabinetes de curiosidade, as coleções foram, pouco a pouco, se tornando mais científicas, acompanhando a cada vez maior cientifização e racionalização das sociedades ocidentais.

Ao lado do refinamento da prática colecionista, ocorreu uma maior preocupação em seu definir os objetos que compõem as coleções por tipos. Isso associado ao crescente uso do método científico, gerou coleções ditas científicas.

Desta forma, à medida que as coleções se refinavam, os centros de estudo iam notando a sua importância pedagógica e a possibilidade de trabalhar com as coleções de um modo ordenado, em grandes espaços, ou seja, em museus.

1.2.3 – Coleções Museológicas

Até aqui, vimos como o surgimento dos museus esteve ligado ao desenvolvimento das coleções. Convém, portanto, tecer alguns breves comentários acerca de um tipo específico de coleção: as coleções museológicas.

As coleções museológicas são aquelas que existem dentro do ambiente do museu, podendo encontrar-se em exibição ou dentro das reservas técnicas. A sua ou não exibição trata-se de uma escolha, necessária e que muitas vezes pode significar uma maior valorização de alguns objetos. Em nossa dissertação, pretendemos discutir

este ponto com maior profundidade nos capítulos posteriores, pois nossa proposta é refletir acerca de alguns critérios que fazem uma coleção ser eleita para exposição.

Por ora, o que nos interessa é refletir o papel exercido pelas coleções dentro do processo de musealização. De acordo com CURY (1999: 52), a coleção pode ser encarada como o primeiro passo para o processo da musealização: para entrarem numa coleção, os objetos são *selecionados* a partir de critérios que parecem os mais corretos e que podem variar de acordo com a época, a intenção e o local daquele que realiza a seleção.

Concluimos então que, no processo de musealização, uma coleção é formada a partir de uma ideia e de um conjunto de objetos que são retirados de sua função usual para serem protegidos e guardados com o objetivo de serem exibidos e admirados. LOUREIRO (2009: 211) acrescenta que a coleção museológica teria principalmente essa característica, de ingresso dos objetos em um espaço institucionalizado, que é gerador de processos informacionais que agregam novos valores a esses objetos e lhes conferem novos papéis e funções provenientes de sua re-significação.

Se as coleções museológicas assim são instituídas porque estão ligadas ao processo de musealização e porque foram institucionalizadas, podemos então compreender porque na Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM –, em seu primeiro artigo, temos a seguinte definição de museu:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

(IBRAM, 2009)

As coleções museológicas se diferenciam de outros tipos (como as particulares, por exemplo) por estarem dentro desses espaços institucionais, em um processo no qual elas definem o espaço que as abriga, ao mesmo tempo em que este espaço as diferencia.

1.2.4 – Coleções arqueológicas

Falamos sobre as coleções museológicas de um modo geral, mas dentro de cada uma, há diversos tipos de objetos que também podem ser classificados como outras coleções, dependendo da natureza dos objetos que as compõem. Normalmente, as coleções são abrigadas em museus que possuem a mesma definição – museus de arte, museus históricos, etnográficos, científicos... Claro que coleções museológicas de natureza diversificada podem conviver em um mesmo museu, pois isso dependerá da formação do museu e de sua missão. No presente trabalho, a coleção por nós escolhida – que se encontra guardada no setor de Arqueologia do Museu Nacional – trata-se de uma coleção científica, legitimada pela instituição que a abriga e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como veremos no próximo capítulo.

Devemos, entretanto, lembrar que a natureza do nosso trabalho encontra-se no campo da Museologia e do Patrimônio, não da Arqueologia; não é nossa intenção nos aprofundarmos nas discussões de uma área que não é a nossa e que possui suas próprias especificidades. Pretendemos somente apontar algumas características do que poderia ser considerado definidor de uma coleção arqueológica.

Primeiramente, é necessário conceituar o que seria uma coleção científica propriamente dita, pois pretendemos discutir até que ponto a Coleção Balbino de Freitas pode ou não ser considerada científica.

An object-based scientific collection is characterised by certain parameters. It differs from a pure amassing of things in a certain degree of order in the way objects are documented, for which there are inclusion and exclusion criteria. Objects are organised within a certain spatial order. Scientific collections are also defined by a chronological component, by their current relevance to scientific research but also by their potential relevance. The latter brings foreseeable and plausible future usage options into consideration. Not least, a scientific collection is characterised by the persons who study it, who look after it in an administrative or supporting role, and who use it for scientific purposes. These defining parameters result in a great degree of internal differentiation in scientific collections.

(WISSENSCHAFTSRAT, 2011: 37).

Percebemos então que há alguns parâmetros e critérios a serem seguidos – de outro modo, ela será apenas uma coleção. É necessário que haja ordem, cronologia e

relevância científica. Também é preciso considerar a relevância em potencial que esses objetos apresentam, visando as pesquisas futuras.

Entretanto, a caracterização da coleção científica não se dá somente através dela, mas também a partir daqueles que a formaram, estudam e mantêm. É a prática científica que caracteriza uma coleção como científica.

O espaço que abriga a coleção científica também a legitima como tal, e vimos no item anterior que, à medida que os museus iam completando sua transformação

(originada nos gabinetes de curiosidade), eles iam sendo pensados como lugar de pesquisa, e como tal, espaços que abrigam coleções científicas.

A coleção arqueológica, encarada aqui como científica, é formada a partir dos produtos culturais das populações que outrora habitaram um lugar (SCATAMACCHIA *et al*, 1996). Dessa maneira, ela deve seguir os mesmos parâmetros que seguem as outras coleções científicas – não importando a natureza dos objetos que as compõem – e isso significa que, para o presente trabalho, encararemos como coleção científica aquela que está organizada num lugar, com um critério cronológico e que apresenta relevância para as pesquisas arqueológicas. Deve-se também levar em conta a forma como foram pensados e encarados por seus formadores e mantenedores: os objetos arqueológicos já eram valorizados no período renascentista, quando a arte, a história, a ciência e o estudo da natureza concentraram a atenção da elite política e econômica (BRUNO, 1999: 39). Um dos exemplos é a atuação de Francesco Petrarca (1304 – 1374), um célebre humanista e poeta italiano, considerado um dos precursores da coleção monetária na península itálica, que desejava conhecer a História de cada civilização através da moeda. Dono de um importante acervo, Petrarca defendia esses objetos – arqueológicos – como uma verdadeira paixão, iniciando, inclusive, alguns métodos próprios, mais tarde adaptados pela metodologia científica (CARLAM, FUNARI, 2010: 18).

Por fim, podemos definir as coleções arqueológicas como acervos que foram constituídos, de uma certa forma, para diminuir a distância entre as sociedades que vivem em tempos distintos. Elas estão na gênese da história dos museus. Sobretudo, essas coleções, espalhados em museus de portes diferentes, podem sinalizar aspectos inerentes à longevidade e diversidade da herança patrimonial dos seres humanos (BRUNO, 1999: 36).

1.3 – PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Antes de finalizarmos a nossa discussão teórica para enfim entrarmos na análise de nosso objeto de estudo, achamos pertinente discutir mais um conceito que será importante para toda a nossa argumentação, especialmente a que será travada no capítulo 3: o patrimônio arqueológico.

Pensar patrimônio arqueológico significa refletir acerca de suas especificidades, que lhe fornecem aspectos vários, sem que um seja necessariamente mais importante que o outro. A especificidade do patrimônio arqueológico provem da cultura material dos artefatos que o compõem, muitas vezes a única informação disponível sobre os mesmos; dos usos e intenções que cercavam o que poderíamos chamar de vida útil dos objetos (no sentido de que ele era utilizado por uma sociedade, seja cotidianamente, seja em ocasiões especiais, mas cumprindo uma função que lhe fora designada); da prática científica que o (re)produz, agregando a ele conhecimentos e explicações que podem ou não estar conectados aos usos e intenções de seus produtores originais; e também da sua realocação dentro das regras e nomeações de sua institucionalização como patrimônio nacional ou local de algum grupo ou sociedade, contemporaneamente. Dessa forma, podemos perceber que seja qual for o aspecto que esteja sendo focado, o patrimônio arqueológico está sempre englobando memórias, práticas e interpretações que se sobrepõem e que estão em constante mutação.

Se for necessária uma definição mais direta, podemos recorrer à Carta de Lausanne, de 1990 sobre a Proteção e Gestão do Patrimônio Arqueológico, produzida pelo Comitê Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico, formado pelo International Scientific Committee on Archaeological Heritage Management (ICAHM) e pelo International Council on Monuments and Sites (ICOMOS). O documento define como patrimônio arqueológico:

“como aquela parte do patrimônio material para a qual os métodos arqueológicos são os que proporcionam uma informação primordial, que não somente inclui todos os vestígios da existência humana, como também envolve os lugares relacionados com qualquer manifestação de sua atividade, estruturas abandonadas e restos de todo tipo, assim como os bens móveis associados aos mesmos e o patrimônio arqueológico subaquático é aquele se encontra em um contexto subaquático ou que se tenha sido extraído deste, incluindo sítios ou estruturas submersas, restos de naufrágios”.

(IPHAN, 1990)

Aqui percebemos que a principal característica definidora do patrimônio arqueológico encontra-se na metodologia utilizada para obter informações sobre os vestígios (que incluem artefatos, monumentos e sítios). O método arqueológico, com suas próprias ferramentas de análise, é o que forma o patrimônio arqueológico. E a Arqueologia, como ciência é:

“A arqueologia é antes de mais nada uma ciência social, que visa, a partir da análise das materialidades que nos rodeiam, contribuir para o conhecimento da história da nossa espécie. Nesse sentido, há muito que ela abandonou a sua matriz inicial de “estudo de antiguidades” para assumir, como âmbito da sua actividade, a totalidade do espaço planetário e do tempo histórico, até a actualidade. Há uma arqueologia pré-histórica, como existe, por exemplo, uma arqueologia contemporânea”

(JORGE, 2000:11)

E também:

“Pour mon propos présent, l'archéologie est l'univers des constructions intellectuelles fondées sur l'examen d'objets ou de monuments quelconques, avec ou sans inscriptions, et le cas échéant sur l'étude de ces inscriptions elles-mêmes, comme aussi de toute autre source écrite, lorsqu'elles peuvent enrichir d'une manière ou d'une autre les connaissances tirées de l'analyse des monuments”

(GARDIN, 1979:18)

É claro que a definição utilizada na Carta para o patrimônio arqueológico acaba por ser bastante ampla – o patrimônio arqueológico é destacado como composto por patrimônios materiais passíveis de serem lidos ou analisados pela Arqueologia – o que nos mostra que nem sempre é fácil se chegar a uma definição “fechada” sobre o patrimônio arqueológico. Porém, CARVALHO e FUNARI (2008: 305) destacam as referências que a Carta faz ao que pode ser considerado como Arqueologia Pública, uma vez que o texto define a proteção do patrimônio arqueológico como uma obrigação moral e de responsabilidade coletiva e os Estados devem providenciar fundos para embasar as atividades de proteção do patrimônio, sendo que a proteção efetiva e cotidiana é de responsabilidade não só do Estado como também da sociedade; ou seja, ligado ao conceito de patrimônio arqueológico encontra-se atrelada a ideia de necessidade de sua proteção.

Acreditamos que seja importante considerar que arqueologia, cultura material e patrimônio estão profundamente ligados, sendo que a redefinição de cada um destes conceitos causa desdobramentos que afetam o modo como vemos os outros. A cultura material, que era encarada apenas como um sinônimo dos artefatos, cada vez mais se refere ao próprio corpo humano, pois ele também é moldado pela cultura, aos arranjos espaciais e à própria paisagem apropriada por um determinado segmento social, aqui incluindo a representação simbólica da mesma. E patrimônio, como já vimos, é algo que vai além da dimensão puramente material, abarcando os elementos do mundo social que congrega informações e/ou emoções que se quer manter presente na sociedade (GASPAR, 2009: 51). Isso faz com que o patrimônio arqueológico seja composto não somente pelos artefatos arqueológicos, mas pela relação entre o homem e os objetos como um todo, pois a cultura material se faz presente nas manifestações cotidianas de uma determinada sociedade e, através de suas representações, se mostra como elemento definidor dos aspectos culturais desse grupo (KRAISCH, 2008).

Patrimônio arqueológico caracteriza-se pela sua dispersão no espaço, pela sua frequente ocultação e pelo seu aparecimento muitas vezes inesperado (JORGE, 2000: 11). Também possui os mesmos elementos que estão presentes em outros tipos de patrimônio. Entretanto, nem sempre isso é aparente, e por isso é preciso encará-lo para além dos artefatos – é preciso pensá-lo composto também por construções, saberes, fazeres e ambiente (SILVA, 2008: 17). Por isso, podemos pensar que nesse universo do patrimônio arqueológico, os próprios patrimônios são os vestígios trazidos à tona através das pesquisas, e constituídos de tal valor pelos formuladores das interpretações, ou seja, os arqueólogos (COSTA, 2004).

Ainda hoje, boa parcela da sociedade valoriza o patrimônio arqueológico apenas como mera curiosidade, sem se dar conta que, ao ser estudado, permite a identificação e maior compreensão de continuidades e mudanças de processos culturais (BRUNO, 1999). Um dos motivos para este comportamento pode ser a usual falta de “monumentalidade” no patrimônio arqueológico brasileiro (SILVA, 2008: 59). O grande desafio é demonstrar que o patrimônio arqueológico não só vai além disso, como também este aspecto não deve ser o único a caracterizá-lo. Somente a partir daí virá a identificação e a preservação.

Atualmente, a seleção dos exemplares a serem preservados, não se dá mais pela sua raridade ou excepcionalidade, mas pela possibilidade de estudos em que as informações possam ser repassadas e incorporadas pelas populações de entorno. Esse posicionamento foi demonstrado pelo IIº Encontro entre o Iphan e Arqueólogos

em Santa Catarina: Formas de Inclusão Social que, embora realizado pela 11ª superintendência Regional do Iphan, contou com representantes de todas as regiões do país, desde que relacionados com a temática da preservação (NETTO, 2008: 9). Um grande avanço para que a identificação desse patrimônio seja, de fato, possível.

Embora nem sempre consigamos uma definição clara sobre o que é o patrimônio arqueológico, podemos perceber que ele vai além da ideia de mero objeto funcional ou de valor estético:

Mais do que isto, o legado cultural fornece informações que transcendem a condição material do objeto já que a partir dele é possível fazer uma “leitura particular, pois seu texto não é composto de palavras, mas de elementos concretos, em geral mutilados e deslocados do seu local de utilização original.

FUNARI, 1988

Para MANZATO e FUNARI (2011: 190), o patrimônio arqueológico representa a materialização da memória, o conjunto material de expressões culturais que, como legado, é recebido do passado, revivido no presente e transmitido ao futuro.

Antes de finalizarmos, gostaríamos de apresentar uma reflexão acerca de patrimônio arqueológico e preservação por FORTUNA, POZZI, CÂNDIDO (2001). Para Arqueologia, os autores utilizam a definição de José Luís Morais e Marisa Coutinho Afonso em “Arqueologia Brasileira no MAE/USP: pesquisa, ensino, extensão e curadoria”, de 1999, que caracteriza Arqueologia como a disciplina:

“que tem por finalidade o estudo dos modos de vida de comunidades antigas que deixaram suas marcas em ambientes específicos, identificados como sítios arqueológicos. Se o propósito final é o estudo dos diferentes aspectos sociais, econômicos e culturais das comunidades, considerando formas, funções e processos, os meios para analisá-los são os objetos produzidos por elas”.

MORAIS e AFONSO (1999) *apud* FORTUNA, POZZI e CÂNDIDO, 2001: 2

A partir desse conceito, os autores notam que tanto ele quanto o conceito de Patrimônio pressupõem produtos da ação humana. Dessa forma, temos Arqueologia e preservação, se sustentando a partir da existência de produtos humanos, que podem ser materiais ou registrados por meios materiais, cujo resultado é uma atitude em relação às responsabilidades sobre este enorme acervo resultante dos trabalhos de Arqueologia, que constitui o patrimônio arqueológico (FORTUNA, POZZI, CÂNDIDO, 2001: 2-3). Novamente temos a vinculação patrimônio e preservação.

Podemos concluir que o patrimônio arqueológico abrange os bens culturais produzidos pelas sociedades e estudados pela Arqueologia, como tais, necessitam da prática da sua preservação, que permitirá a sua manutenção para as gerações futuras e seu (se possível) contínuo estudo (LIMA, 2000). Patrimônio arqueológico não mais está ligado a ideia de monumentalidade ou excepcionalidade, mas sim a de bem cultural emissor de informações e significados.

1.3.1 – ARTEFATOS ARQUEOLÓGICOS E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Apesar de termos discutido o que significa patrimônio arqueológico, é importante ressaltar uma definição específica sobre o mesmo, que nem sempre acompanha o que cientistas e teóricos refletem – a definição dada pela legislação. Neste tópico pretendemos abordar a legislação brasileira corrente, no que se refere à proteção e manutenção dos artefatos arqueológicos no país.

Primeiramente, podemos voltar ao assunto anterior, trazendo a definição de MORAIS (1999) para patrimônio cultural arqueológico:

bem de uso comum do povo brasileiro e, sem dúvida, o segmento mais interessado é a comunidade que detém este patrimônio no seu território. O patrimônio arqueológico é, assim como os outros tipos, bem da União, no entanto, o mesmo é regido por legislação específica e sua investigação necessita de autorização do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Morais (1999, p. 67),

Nossa ideia é demonstrar que, ao se falar de patrimônio arqueológico e mesmo de sua preservação, devemos ter em mente o que a legislação brasileira diz sobre isso. Afinal, para a legislação, o patrimônio arqueológico é um bem da União, pertencente ao povo brasileiro, cujos interesses deverão prevalecer, em toda e qualquer circunstância, por ser esse patrimônio parte de sua história e possuir um forte valor simbólico (LIMA, 2000).

A definição de patrimônio arqueológico na legislação não necessariamente acompanha àquela definida cientificamente, mas a criação dessa legislação própria para o patrimônio arqueológico foi pensada e desejada por intelectuais, arqueólogos profissionais e amadores que desejavam combater a destruição cada vez maior dos sítios. Liderados por intelectuais como Luís de Castro Faria, do Museu Nacional, José

Loureiro Fernandes, da Universidade Federal do Paraná e Paulo Duarte, o movimento conseguiu a promulgação de uma legislação específica em 1961 (PROUS, 1992: 13), que é corrente até hoje. Antes dessa legislação, a proteção aos bens arqueológicos era obtida somente através das disposições do Decreto-Lei nº25.

1.3.1.1 – O Decreto-Lei nº25

Nascido dentro do processo comentado no primeiro tópico desse capítulo, o Decreto-Lei nº 25, de 1937, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, criando o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e regulamentando o tombamento e a preservação do patrimônio nacional. Fruto da atuação de intelectuais em sua maioria modernistas, foi a primeira lei brasileira a efetivamente tratar do patrimônio nacional.

O Decreto-Lei define o patrimônio brasileiro a ser cuidado pelo IPHAN (lembrando que o conceito de patrimônio estava e está sempre se modificando, agregando novos valores e revendo aspectos) e tratou, pela primeira vez, ainda que brevemente, do patrimônio arqueológico.

A arqueologia figura no Decreto-Lei como um dos valores que o patrimônio histórico e artístico brasileiro pode apresentar:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

(IPHAN, 1937)

Sendo um dos elementos definidores daquilo que é patrimônio brasileiro, o valor arqueológico é, então, uma justificativa possível para o tombamento:

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.

2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;

4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

(IPHAN, 1937)

Embora o Decreto-Lei não trate de casos arqueológicos especificamente, foi a primeira legislação brasileira a visar a preservação de bens arqueológicos no Brasil, permitindo que alguma proteção a partir de então fosse possível. Porém, ainda não seria o suficiente, e nos anos seguintes foi criada uma legislação mais apurada sobre o patrimônio arqueológico.

Durante a gestão de Aloísio Magalhães no IPHAN, percebe-se uma mudança em relação ao tratamento que era dado ao patrimônio arqueológico, onde a questão da preservação de bens dessa natureza se conformaria também como o discurso e a prática preservacionista da Instituição. Não era mais possível “fechar os olhos” para a área, que cada vez crescia mais e necessitava maior atenção e cuidado. Dentro desse contexto, criou-se, no IPHAN, um Núcleo de Arqueologia, assim como foi contratado o primeiro arqueólogo do Instituto (SALADINO, 2008: 8-9).

1.3.1.2 – A Lei nº 3.924

É a lei brasileira, de 26 de julho de 1961, que enfim trata dos monumentos arqueológicos e pré-históricos do país, sendo a principal legislação sobre o assunto no país. Ela coloca os bens arqueológicos efetivamente sob a guarda e a proteção do Poder Público, ação que já era visada no Decreto-Lei nº25, mas que foi ampliada pela Lei nº 3.924, que trata de casos específicos e define como o patrimônio arqueológico pode ser estudado e protegido de forma a lesá-lo o menos possível.

Assim como ocorrera com a criação do SPHAN em 1937, também a Lei nº 3.924 foi fruto da atuação de cientistas e intelectuais preocupados em conter a destruição dos sítios arqueológicos e em pesquisar as características da cultura material desses vestígios (SIMÃO, 2009: 422), uma vez que somente o Decreto-Lei nº 25 não era suficiente para combater a destruição de sítios – por muitos era também

considerado um entrave¹, além disso, era cada vez maior o número de pessoas engajadas na prática arqueológica – a profissionalização no país verdadeiramente se compunha, e percebia-se que a área necessitava de maior atenção por parte do Poder Público. A elaboração da Lei deu-se graças à atuação desses profissionais, cuja principal preocupação era com os sítios arqueológicos sambaqui, que estavam sendo sistematicamente destruídos para a exploração da cal, utilizada na construção de estradas e edifícios (SALADINO, 2008: 11).

A Lei determina que a propriedade da superfície exclui as jazidas arqueológicas ou pré-históricas, sendo essas parte do patrimônio da União. O mesmo ocorre com os objetos nelas encontrados. Dessa forma, independente de um vestígio arqueológico estar em uma terra pública ou particular, ele estará devidamente protegido, pois se trata de um bem da União (*Idem, ibidem*: 11).

Para permitir a proteção, a Lei nº 3.924 descreve aquilo que será considerado monumento arqueológico ou pré-histórico brasileiro – os tipos de sítios e jazidas, as inscrições rupestres etc., proibindo o seu aproveitamento econômico, destruição ou mutilação, para qualquer fim, antes de serem devidamente pesquisados, em caso contrário, tais ações serão consideradas crime contra o Patrimônio Nacional.

Também são regulamentadas as escavações arqueológicas realizadas por particulares, sendo somente permitido por autorização do IPHAN; também regulamenta as escavações arqueológicas realizadas por instituições científicas especializadas da União dos Estados e dos Municípios.

Por fim, a Lei nº 3.924 trata das descobertas fortuitas e da remessa, para o exterior, de objetos de interesse arqueológico, pré-histórico, histórico, numismático ou artístico.

A partir da homologação da Lei nº 3.924, também conhecida como a Lei do Sambaqui, o campo do patrimônio arqueológico se tornou complexo. O IPHAN criou um sistema de representações pelo Brasil, de acordo com o disposto no parágrafo 2º do Art. 11 da Lei, de modo que um órgão público realmente tentava resguardar os sítios e artefatos arqueológicos do país. De acordo com SALADINO, (2008: 8) O IPHAN também possuía uma categoria de representantes para assuntos de Arqueologia, ativa até início da década de 1980, e que era constituída por alguns professores e vários arqueólogos amadores, que, dentre outras atividades, centralizavam as propostas de permissão para pesquisas e atendiam a denúncias de

¹ Para maiores informações, ver: SILVA, Regina Coeli Pinheiro “Os Desafios da Proteção Legal: uma arqueologia da lei nº 3.924/61. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº33, 2007.

destruição de sítios. Podemos perceber que a história da proteção dos bens arqueológicos no país foi constituída, ao menos em parte, pela atuação conjunta de profissionais, amadores e o IPHAN. A criação da Lei nº 3.924 representa essa união, e foi um verdadeiro avanço para a maior proteção dos bens arqueológicos no país.

1.3.1.3 – Outras Leis

Algumas outras leis brasileiras tratam do patrimônio arqueológico, embora nenhuma seja tão completa como a Lei nº 3.924. Podemos dizer que são leis que complementam as resoluções da Lei nº 3.924.

A **Lei nº 7.542 de 1986** dispõe sobre a pesquisa e exploração de bens submersos, afundados ou encalhados, um tipo de vestígio arqueológico que não havia sido contemplado pela Lei nº 3.924.

A **Portaria Interministerial nº 69 de 1979** aprova as normas para a condução de pesquisa e exploração desses bens submersos, afundados ou encalhados, complementando a Lei nº 7.542.

A **Portaria Nº 07 de 1988** estabelece os procedimentos para o licenciamento de pesquisas em projetos de salvamento arqueológico.

Por fim, a **Resolução nº 1 do CONAMA** (Conselho Nacional do Meio Ambiente) estabelece os fundamentos dos estudos de impacto ambiental em qualquer forma de empreendimento, incluindo o patrimônio cultural e arqueológico.

Segundo SALADINO (2008: 16), alguns arqueólogos atribuem o baixo número de tombamentos à falta de um consenso sobre a palavra de lei. Não é nossa intenção discutir esse assunto aqui, mas acreditamos ser realmente difícil a decisão sobre se solicitar ou não um tombamento considerando o número de leis dispersas e as especificidades que cada caso apresenta e que nem sempre são previstos em lei.

Ao longo desse capítulo, procuramos apresentar os conceitos com os quais iremos trabalhar em nossa discussão. Ao apresentarmos o conceito de patrimônio, procuramos apresentar seu histórico, no Brasil e no exterior.

Depois, discutimos o conceito de coleções, sua formação e sua relação com os gabinetes de curiosidades e os museus. Também procuramos discutir quais seriam as especificidades de uma coleção arqueológica dentro de um museu.

Por fim, procuramos refletir sobre o que seria patrimônio arqueológico a partir da ótica da Museologia e do Patrimônio, além de apresentarmos a evolução do conceito na legislação brasileira.

A partir do próximo capítulo iremos utilizar esses conceitos para tratar especificamente de nosso objeto de estudo.

CAPÍTULO 2

A COLEÇÃO BALBINO DE FREITAS

CAPÍTULO 2 – A COLEÇÃO BALBINO DE FREITAS

No presente capítulo apresentaremos a coleção arqueológica Balbino de Freitas, objeto de estudo na presente dissertação. Mostraremos seu histórico, seu processo de tombamento e as especificidades das peças que a compõem, procurando demonstrar sua importância para os campos do Patrimônio e da Museologia, bem como a relação entre coleções e museus.

2.1 – O MUSEU NACIONAL

A Coleção Arqueológica Balbino de Freitas é de propriedade do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ), também conhecido como Museu Nacional da Quinta da Boa Vista ou simplesmente Museu Nacional, localiza-se na cidade do Rio de Janeiro, sendo o maior museu de história natural e antropologia da América Latina. Sua história encontra-se ligada ao desenvolvimento das ciências e da pesquisa no Brasil, o que o torna uma instituição de grande relevância para os estudos de ciências no país. Encontra-se localizado no bairro de São Cristóvão, na antiga residência da Família Real Portuguesa (de 1808 a 1821) e da Família Imperial Brasileira (de 1822 a 1889), que foi transformada em sede do museu em 1892.

Além das exposições que apresenta aos visitantes, o Museu abriga programas de pós-graduação da UFRJ e desenvolve pesquisas nas áreas de Geologia, Paleontologia, Zoologia, Botânica, Antropologia e Arqueologia. O setor de Arqueologia, do Departamento de Antropologia, reúne um variado e numeroso acervo da Arqueologia brasileira, além das importantes coleções de Arqueologia Clássica e Andina. A Coleção Balbino de Freitas faz parte desse setor.

Sua história encontra-se ligada não somente à história das ciências no Brasil como também à história dos museus. Com a proclamação da República, o Museu Real foi renomeado Museu Nacional, sendo transferido para o Palácio da Quinta da Boa Vista em 1892, como uma forma de dar uso ao palácio que era fortemente identificado com a família imperial.

O Museu Real foi criado no Rio de Janeiro pelo decreto 06/06/1818, pelo príncipe regente Dom João, dentro de um contexto de grande interesse pela história

natural, fortalecido pela chegada da Corte Real Portuguesa no país, em 1808. Foi a primeira instituição criada com o intuito específico de ser dedicada à pesquisa e ao estudo das ciências naturais no Brasil, tendo como objetivo propagar conhecimentos e estudos no campo das ciências naturais (SCHWARCZ, 1993: 70). O Museu Real foi instalado no Campo de Santana, no centro da cidade, e seu primeiro diretor foi frei José Batista da Costa Azevedo, franciscano e professor de botânica e zoologia da Academia Real Militar.

Antes do Museu Real, existiu a Casa de História Natural (popularmente conhecida como Casa dos Pássaros), que foi criada em 1784 pelo Vice-Rei D. Luiz de Vasconcellos e Sousa. Seus objetivos não eram tão específicos ou grandiosos quanto os do Museu Real, mas ela funcionou por mais de vinte anos, colecionando produtos naturais e objetos indígenas que eram enviados a Portugal, cumprindo uma função mais limitada, porém necessária, dentro do contexto de uma colônia. A Casa dos Pássaros foi extinta em 1810 e seu acervo foi enviado à Academia Real Militar. A partir de 1821, por meio da portaria 24/09/1821 o Museu Real passou a receber o público, nacional e estrangeiro, às quintas-feiras, das 10:00h às 13:00h, sob vigilância dos soldados da Guarda Real de Polícia (FLEIUSS, 1922: 137), um costume normal dos museus da época.

A partir da independência do Brasil de Portugal, o museu aparece com a denominação de Museu Imperial e Nacional no regulamento nº 123 de 03/02/1842, o qual expressa as atribuições dessa instituição, vinculadas ao que se pensava a construção de uma nação brasileira. Aos longos desses anos, várias coleções doadas foram incorporadas ao acervo do museu.

Em 1828, toma posse como diretor Custódio Alves Serrão que lutou por uma divisão de trabalho técnica e uma Biblioteca (criada apenas em 1863) no Museu. Seus anseios foram parcialmente realizados em 1842, quando o museu foi dividido em quatro seções, buscando um maior refinamento em sua organização e apresentação: anatomia comparada e zoologia; botânica, agricultura e artes mecânicas; mineralogia, geologia e ciências físicas; além de numismática, artes liberais, arqueologia, usos e costumes das nações antigas e modernas.

O Museu Imperial e Nacional passa por algumas perdas de acervo, em 1928 parte do material de mineralogia é cedido para a Academia Militar, em 1834 alguns instrumentos de física são doados para a faculdade de Medicina e em 1839 exemplares de aves e mamíferos para o Colégio Pedro II. Mas em 1856 e 1858, o Museu passou a crescer ao ter seu prédio ampliado e novas alas abertas ao público.

Com o advento da República, é retirado de seu nome o termo Imperial, passando a ser denominado apenas de Museu Nacional. Durante o século XIX e início do século XX, o Museu patrocinou grandes expedições científicas. Entretanto, na década de 20 do século passado o Museu Nacional tornou-se apenas um museu de História Natural. Não para o Brasil

Em 1937, com a criação da Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro) pelo decreto nº 452, de 05/07/1937, o Museu Nacional foi incorporado a sua estrutura como uma unidade universitária. Apesar de passar para a jurisdição da Universidade, isso não implicou numa mudança excessivamente brusca, pois da mesma forma que a Universidade, o Museu já fazia parte do Ministério dos Negócios, da Educação e da Saúde Pública desde 1930.

O interessante acerca da vinculação do Museu Nacional à Universidade do Brasil é que ele passou a apresentar uma gestão *sui generis* em relação aos outros grandes museus brasileiros: instituições como o Museu Nacional de Belas-Artes e o Museu Histórico Nacional, também localizados no Rio de Janeiro, eram vinculadas ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (e hoje, se encontram sob gestão do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM) e ao seu Ministério correspondente: o Ministério da Cultura/Minc.

Nesse mesmo contexto histórico, houve a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, hoje um Instituto), com a finalidade de definir o patrimônio histórico e artístico brasileiro (DIAS, 2006: 346). Iniciam-se os primeiros passos para a institucionalização do patrimônio histórico e artístico nacional. Foram implementadas uma série de ações e práticas que visavam a proteção de monumentos e bens culturais em todo o país, partindo da esfera federal. O Museu Nacional, pertencente a mesma esfera, ganhou uma cadeira no Conselho Consultivo do SPHAN e passou a ter um importante papel na construção de uma ideia de nação através da cultura material e do estudo das ciências (*Idem, ibidem*: 341).

2.1.1 – Formação das Coleções do Museu Nacional

Inicialmente, o acervo do Museu Real foi constituído a partir do acervo organizado pelo mineralogista alemão Abraham Gottlob Werner (1749-1817), adquirido do Barão Tabst von Oheim pelo governo, e conhecido como "Coleção Werner", além de objetos de arte, artefatos indígenas e outras coleções de objetos

naturais, além de diamantes do Distrito Diamantino, que haviam sido remetidos, anteriormente, pelo intendente Ferreira da Camara à Academia Real Militar.

No Império (1824-1889), o Museu contou com grande apoio da Família Imperial e de pessoas ligadas a ela, recebendo inclusive doações de coleções estrangeiras por seu intermédio. Como exemplo, podemos citar José Bonifácio de Andrada e Silva, que no período entre 1822 e 1823 conseguiu que naturalistas estrangeiros fazendo pesquisas no país cedessem parte das peças colhidas em suas viagens como espécimes geológicos, mineralógicos e zoológicos, em troca de apoio governamental, destacando-se entre eles Georg Heinrich von Langsdorff (Barão de Langsdorff), Johann Natterer, Auguste François Cesar Provençal de Saint-Hilaire. Também a Imperatriz Leopoldina foi patrocinadora do Museu, possibilitando a ampliação das coleções. Dentre as inúmeras doações ocorridas no período há o registros das realizadas por Antônio Luis Patricio da Silva Manso, cirurgião-mor e inspetor do Hospital Militar da Província de Mato Grosso, que forneceu cerca de 270 espécies de plantas em 2.300 exemplares aproximadamente. Também figuram, como fornecedores de produtos de História Natural para o Museu, Antônio Corrêa de Lacerda, João Rebelo de Magalhães, Frederico Wagner e Carlos Martins Pena (FIOCRUZ).

Além disso, também ocorriam importante intercâmbios internacionais: em 1824 o Imperador Dom Pedro I recebeu, das Ilhas Sandwich, peças etnográficas que foram por ele doadas ao Museu e que ainda hoje estão expostas. Uma coleção de objetos mineralógicos, do Príncipe da Dinamarca, foi enviada para o Gabinete de Mineralogia, e de Gênova chegaram produtos mineralógicos e geognósticos do vulcão Vesúvio. Em 1827 o Museu de Berlim, por intermédio de Frederic Sellow, enviou uma coleção ornitológica, desejando manter uma correspondência longa com o Brasil (LOPES, 1997: 60). Podemos perceber que assim, cumpria-se uma das propostas do Museu: abrigar objetos referentes ao campo de atuação da História Natural. Podemos, inclusive, destacar a variedade de objetos adquiridos.

As doações, por sinal, não se limitavam às realizadas por estrangeiros. Também de dentro do território brasileiro, importantes peças foram sendo adquiridas, enriquecendo as coleções: ocorreram doações da Amazônia, vestígios provenientes dos sambaquis de Santa Catarina e de São Paulo e materiais distintos, oriundos de diversas regiões do país. Dessa forma, em 1870, o museu apresentava dez salas de exposição, das quais quatro eram ocupadas por coleções arqueológicas e etnológicas bastante ecléticas, mas condizentes com a divisão realizada em 1842: uma saleta abrigava as antiguidades pompeanas e autóctones, uma sala continha parte da

coleção de numismática e objetos etnográficos da África, da Nova Zelândia, da Índia, dos Esquimós, das Ilhas Alentas e de Sandwich; outra saleta apresentava as antiguidades egípcias e uma última sala era ocupada por variadas coleções numismáticas, arqueológicas, etnográficas e objetos das artes liberais (LOPES, 1993: 124).

Devemos destacar que a forte ligação da Família Imperial com o Museu foi uma das principais razões de seu enriquecimento e fortalecimento no período. Durante o período inicial da República, esse movimento iria se enfraquecer, com o Museu Paulista passando a adquirir um lugar de destaque, por ser identificado com o governo republicano e sendo apresentado, principalmente durante a gestão de Herman von Ihering, como um dos únicos museus brasileiros (ao lado do Museu Goeldi, do Pará) a ser fundamentado sobre bases científicas, desconsiderando totalmente a atuação do Museu Nacional (SCHWARCZ, 1993: 80). Ainda assim, essa suposta falta de prestígio não fez o Museu entrar em decadência; como vimos no tópico anterior, que além de gerarem intensa produção científica, contribuíram para o aumento das coleções do Museu, sendo abrigadas não só na exposição como nas Reservas Técnicas e recebendo, ainda hoje, estudos específicos. A própria coleção arqueológica do Museu é um exemplo disso: seu início dá-se praticamente junto ao do Museu e seu crescimento ocorre ainda hoje, graças aos estudos e trabalhos de campo dos pesquisadores de Arqueologia da Universidade, fazendo com o que se encontra em exposição seja somente uma pequena parcela da riqueza do acervo da Instituição.

2.1.2 – As Coleções Arqueológicas do Museu Nacional

A trajetória do Museu Nacional sempre esteve ligada, de uma forma ou de outra, ao desenvolvimento da Arqueologia no Brasil.

Durante a gestão de Ladislau Neto, que foi diretor do Museu Nacional de 1874 a 1893, as pesquisas arqueológicas no Museu tiveram um grande incentivo (PROUS, 1992: 9), iniciando uma trajetória que o Museu mantém até hoje. Esse incentivo às pesquisas, inclusive, pode ser percebido pelas publicações das mesmas, o que ocorreu ao longo do século XIX. De acordo com SCHWARCZ (1993), as pesquisas eram publicadas nos *Archivos do Museu Nacional*.

Atualmente, as coleções arqueológicas do Museu Nacional são apresentadas em sua exposição permanente através dos seguintes módulos: Egito Antigo (o maior acervo egípcio da América Latina, sendo a maioria dos objetos adquiridos em leilão

pelo Imperador D. Pedro I, que os doou ao Museu), Culturas do Mediterrâneo (Coleção Greco-romana da Imperatriz Teresa Cristina, abrigando peças provenientes de escavações nas cidades de Herculano e Pompéia, e que passaram para a guarda do Museu em 1889), Arqueologia Pré-Colombiana (grande e variado acervo de diversas culturas das Américas) e Arqueologia Brasileira.

Parte do acervo de Arqueologia Brasileira encontra-se em exposição, sendo exibido em três salas: a primeira apresenta objetos relativos aos grupos de caçadores-coletores que habitavam o território, a segunda exhibe artefatos dos povos sambaquieiros e a última apresenta artefatos das culturas Tupiguarani, Marajoara, Miracanguera, Maracá e Santarém.

A Coleção Balbino de Freitas possui peças que se encontram expostas em duas salas referentes à Arqueologia Brasileira: na sala de povos horticultores e na sala de sambaquis. Mas, grande parte de suas peças encontra-se na Reserva Técnica do setor de Arqueologia.

2.2 – A COLEÇÃO BALBINO DE FREITAS

A Coleção Arqueológica Balbino de Freitas apresenta algumas características que permitem reflexões sobre a importância do patrimônio arqueológico, formação de coleções por particulares e a aquisição dessas por museus públicos e a importância do tombamento como política de preservação.

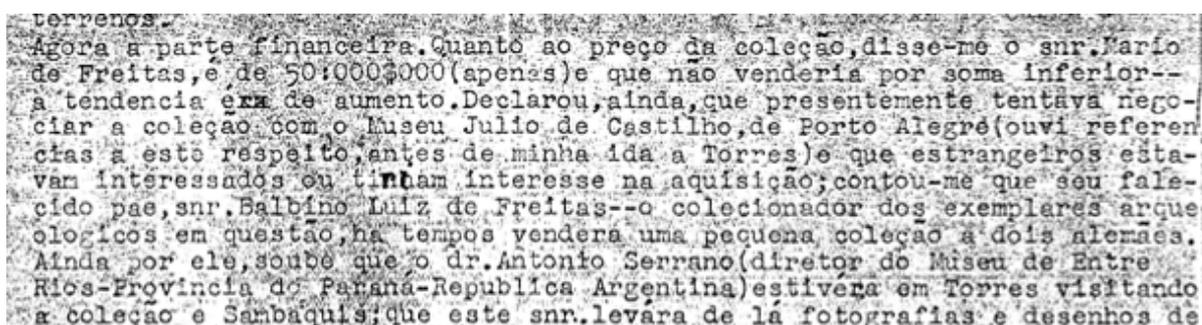
2.2.1 – Histórico da Coleção Balbino de Freitas

Para construirmos o histórico da Coleção Balbino de Freitas, utilizamos como fontes a documentação existente no Museu Nacional acerca do processo de compra da Coleção; um histórico sobre a Coleção, a partir da referida documentação, elaborado pela professora Tânia Andrade Lima, curadora das coleções arqueológicas do Museu Nacional; pelos documentos do processo de tombamento da Coleção (Anexos) e trabalhos relacionados à história dos museus e da ciência.

Após consulta a documentos emitidos pelo Sr. Balbino Luiz de Freitas concluímos que tenha sido empresário em Torres, Rio Grande Sul. Em carta enviada ao então diretor do Museu Nacional em 1935 nota-se o logo da empresa "Mollho Brasil".

Adicionalmente, consta do diário oficial de união de 11-06-1932 referência a vistoria sanitária realizada em produto fabricado em empresa de sua propriedade. Era casado com Ana Mattos de Freitas, e tem-se notícia de pelo menos três filhos: José Luiz de Freitas, Márcio Luiz de Freitas e Maria de Freitas Grossman (os documentos em <http://www.mluther.org.br/imigracao/antepassados%205.htm>). Infelizmente pouco se sabe sobre esse colecionador. Esse infortúnio deixa-nos com poucas variáveis para discutir a importância de sua coleção, pois como expressou Berta Ribeiro (1985 *apud* Dias, 2008) “o colecionador, a época e a forma de colecionamento têm importância crucial para a avaliação de uma coleção e suas possibilidades de estudo”.

As peças da coleção particular do Sr. Balbino de Freitas foram coletadas ao longo de 36 anos. A primeira venda da coleção se deu para o Museu Paulista, durante a direção de Hermann Friedrich Albrecht von Ihering (1894-1916). Foram comprados 180 exemplares, ampliando assim a coleção de arqueologia da instituição (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/iheherm.htm>). Isso está notificado no relato do emissário feito para a diretora do Museu Nacional, Heloisa Alberto Torres, possivelmente o naturalista do Museu Nacional José Vidal, que recebeu a incumbência de representar o Museu no Município de Torres, Rio Grande do Sul (Dias, 2008). Foi-lhe informado pelo filho de Balbino de Freitas que parte da coleção tinha sido, há muito tempo atrás, vendida para dois alemães (carta enviado em 02-01-1939) (Figura 1).



terrenos.
Agora a parte financeira. Quanto ao preço da coleção, disse-me o snr. Mario de Freitas, e de 50:000\$000 (apenas) e que não venderia por soma inferior-- a tendencia era de aumento. Declarou, ainda, que presentemente tentava negociar a coleção com o Museu Julio de Castilho, de Porto Alegre (ouvi referencias a este respeito, antes de minha ida a Torres) e que estrangeiros estavam interessados ou tinham interesse na aquisição; contou-me que seu falecido pai, snr. Balbino Luiz de Freitas--o colecionador dos exemplares arqueologicos em questão, ha tempos vendera uma pequena coleção a dois alemães. Ainda por ele, soube que o dr. Antonio Serrano (diretor do Museu de Entre Rios--Provincia do Paraná--Republica Argentina) estivera em Torres visitando a coleção e Sambaquis; que este snr. levava de lá fotografias e desenhos de

Figura 1 – Trecho da carta de Sr. José Vidal comunicando a venda de parte da coleção para Alemães

Balbino de Freitas, por razões desconhecidas, comunicou a intenção de venda para o Museu Nacional em 8-07-1931, sendo o seu diretor Edgard Roquette Pinto (1926-1935) e o professor-chefe da seção de Antropologia e Etnografia, Heloísa Torres. Essa correspondência - ou como o próprio intitula o Catálogo Geral de artefatos indígenas de sua propriedade – de próprio punho mostra a diversidade de

peças que a compõe e após sua assinatura vem a frase “esta collecção está a venda”. Nessa lista nem todos os números estão legíveis, mas por uma contagem feita por nós, nessa época a coleção já contava com mais de 300 peças. Nessa primeira relação, podemos chamar a atenção para a presença de “bichos de pedra” (zoólitos). Algumas peças foram desenhadas por Balbino, para explicar melhor a sua forma.

Esse primeiro contato do Sr. Balbino de Freitas parece ter tido uma resposta da Professora Heloísa Alberto Tores, pois a carta seguinte (de 29-08-1931), já endereçada a ela, trata de responder sobre a procedência e o preço da coleção. LIMA (2006:1 nota escrita) notifica que esse documento possui um carimbo acusando resposta em 26-01-1932, embora não exista cópia ou registro dela nos arquivos do Museu Nacional.

A segunda carta de Balbino de Freitas chama a atenção para uma mão de pilão “adquirida” por ele e que estaria em perfeito estado, e também para um “cachimbo de barro com a efígie de um bugre”, também em bom estado e, segundo Balbino, uma peça raríssima. Ele então oferece essa coleção ao Museu Nacional pelo preço de trinta contos de réis.

Aparentemente a comunicação entre Balbino de Freitas e a equipe do Museu Nacional foi interrompida e somente retomada em 1935. Uma terceira carta do colecionador (datada de 24 de maio de 1935) foi encaminhada ao diretor do Museu Nacional - professor Roquette Pinto. Essa carta já apresenta maior formalidade. A mesma é datilografada em papel timbrado de sua fábrica, assim como uma nova listagem de sua coleção com 589 peças. Parece ter sido orientado pelo sociólogo chileno Agustin Venturino a se dirigir diretamente ao diretor na sua oferta de venda da coleção. Nesta carta, sua coleção está pelo preço de cinquenta contos de réis. Dessas, nos chama atenção a presença do que Balbino de Freitas chama de “urnas funerárias”, machados, 12 pedras “esculpidas em forma de animaes, sendo uma, a fórma de tatu, dois de peixe, uma de pombinha e outras”, 150 “pedrinhas bibelot”, 150 pedras que ele julga serem pontas de flecha, 6 colares de conta que teriam sido encontrados dentro de urnas funerárias, um colar de ossos, 2 “queixadas inferior de índio, encontrado dentro de urna”, uma conta grande (que Balbino diz ser uma raridade) e o cachimbo” referido por ele na primeira correspondência com o Museu, dentre outras.

Dessa vez, há uma cópia da carta de resposta, datada de 11 de dezembro de 1935, e assinada pelo “Professor Chefe da Seção de Antropologia e Etnografia” (não há um nome assinado, mas possivelmente ainda a professora Heloisa Torres) que

recusa o oferecimento e apresenta a alegação de que o preço era muito elevado, o Museu não possuiria a verba necessária, ainda que o remetente reconhecesse que a coleção era interessante.

Em 1937 a professora Heloisa Torres foi diretora interina do Museu Nacional, nomeada em 1938 por Getúlio Vargas. Também foi um momento em que o Museu torna-se membro do Sphan. Nesse cenário, o filho do Sr. Balbino de Freitas, José Luiz de Freitas, formaliza um pedido de tombamento para a coleção que veio a herdar em 17 de fevereiro de 1938, notificação nº 16 (documento sem data). O senhor Balbino de Freitas faleceu em data ignorada.

Na sua gestão, Heloisa Torres iniciou a aquisição de objetos para fazer parte de um acervo denominado Coleção Regional. Esse acervo seria composto de objetos materiais representativos da cultura brasileira, tendo o Museu Nacional como parte responsável pela preservação da identidade nacional, bem aos modelos dos ideais de Vargas (Dias, 2008).

Talvez a entrada do processo de tombamento da coleção no Sphan e os novos objetivos científicos do Museu Nacional, tenha retornado o interesse da instituição pela mesma. Foi enviado para tratar desse ponto o naturalista José Vidal (Dias, 2008). A coleção foi negociada com um dos filhos de Sr. Balbino de Freitas, Mário Luís de Freitas. José Vidal comenta em carta que tentou obter informações acerca de um trabalho sobre a coleção que teria sido publicado na Argentina pelo senhor Antonio Serrano, diretor do Museu de Entre Rios; ainda na carta, ele comenta que conseguiu descobrir que esse trabalho foi publicado na Revista do Archivo, nº 36, editada pelo Departamento de Cultura de São Paulo, em 1937, intitulado “Arqueología Brasileira – subsídios para a arqueología do Brasil Meridional”, apresentando desenhos e fotografias das peças.

Depois dessa informação, ele faz alguns comentários sobre o estado da Coleção. O material estava sob os cuidados de Mário de Freitas, numa ex-casa de negócios em Torres; as peças possuíam etiquetas que sofriam ataque de insetos e as cerâmicas estariam ameaçadas pela falta de ventilação no ambiente. Comenta que são muitos exemplares, alguns “realmente interessantes”, com predominância de peças de pequeno porte (o que já se podia perceber pelas duas relações anteriores das peças). Segundo ele, porém, só poderia fazer um comentário superficial sobre as peças, pois teria tido pouco tempo para fazer a avaliação, com hora marcada para as 5 da tarde, somado à pouca iluminação do depósito e ao grande número de peças. Diz, portanto, que achou a coleção boa e digna de estar no Museu Nacional.

José Vidal comenta em sua carta que, caso o Museu não pudesse ou quisesse realizar a transação, que isso não fosse dito ao atual proprietário de imediato, pois ele pretendia ao menos fotografar e desenhar as peças mais importantes, com a intenção de realizar um álbum de “Desenhos e fotografias de peças arqueológicas Sul-Riograndenses” e temia que, não sendo realizada a transação, o senhor Mario de Freitas impedisse a realização desse trabalho, que já havia autorizado.

Um dos pontos mais interessantes dessa carta, porém, é o comentário do emissário de que a maioria das peças tem sua procedência descrita como “sambaqui”, o que ele não acreditava totalmente. O próprio senhor Mário de Freitas teria lhe dito que maioria das peças foi encontrada “na areia, soltos ou enterrados, muito distanciados dos SAMBAQUIS”.

Sobre as negociações de compra, o autor da carta afirma que o preço estava firmado em cinquenta contos de réis e que não parecia haver possibilidade de diminuição nesse valor. O senhor Mário de Freitas também estava em negociação com o Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, cujo representante o senhor Alcides Maia, já havia visitado a coleção. Também, existiriam estrangeiros interessados. Ele teria argumentado com o senhor Mário de Freitas, apresentando uma série de justificativas para facilitar a negociação com o Museu Nacional: que o preço era exagerado, que havia exemplos de brasileiros e estrangeiros que doaram a Institutos de Ciência peças e coleções de grande valor e que era dever patriótico contribuir para o aumento do patrimônio cultural brasileiro (através de doação ou de venda por preços razoáveis). Face a essas argumentações, o senhor Mário de Freitas teria dito que para o Museu Nacional ele faria o “preço especial” de quarenta contos de réis; que não venderia peças isoladas, mas somente a coleção inteira e que caso o MN fizesse a compra, outras peças seriam acrescentadas à coleção. Ficou acertado que Mário de Freitas daria uma cópia da relação das peças, estabeleceria as bases da negociação com o Museu após consultar pessoas da sua família; tudo isso seria remetido ao Rio de Janeiro, uma vez que o emissário não possuía autorização para negociar naquele momento.

Outro dado interessante sobre as peças é que haveria uma peça craniana, que não estava à venda, mas que talvez interessasse ao Museu. Ele diz que mandará posteriormente fotos e revistas sobre essa peça, desejando saber se ela interessa ou não ao Museu Nacional.

O emissário diz que pretende retornar logo a Torres, para fazer os desenhos e fotografias das peças mais importantes da coleção, bem como tentar fazer coletas em sambaquis próximos e coletar material botânico e zoológico da região.

De fato, tanto a relação de peças como os dados sobre a negociação prometidos pelo senhor Mário de Freitas foram enviados, sua cópia não possui data, mas acreditamos ser ainda de 1938. Fornece o número total de 1.075 peças da coleção, “com tendência a aumentar”. Em relação à negociação, o preço apresentado é ainda de cinquenta réis, mas se for adquirida pelo Museu Nacional, ele seria baixado para quarenta contos de réis, “com espírito único e exclusivo de brasilidade, tornando-se assim, mais fácil a sua aquisição por parte do governo federal”. O documento também esclarece que a coleção foi resultado de 36 anos de árduo trabalho de seu organizador Balbino Luiz de Freitas e que ela já se encontrava registrada no Livro do Tombo nº1, “em nome de José Luiz de Freitas, seu proprietário” (aparentemente, irmão de Mário de Freitas). Essa informação é confirmada pela documentação do processo de tombamento da coleção.

Uma carta de 02 de agosto de 1939, do senhor Mário Luiz de Freitas, apresenta como certa a venda da coleção, pelo preço final de trinta contos de réis; essa redução do preço teria ocorrido devido ao fato de o diretor do Museu Nacional se comprometer a manter a coleção com o nome do falecido pai Balbino de Freitas. Nessa carta, são tratados assuntos acerca de como se dará o transporte da coleção para o Rio de Janeiro e a necessidade de se fazer um seguro.

Um documento de 12 de setembro de 1939 relaciona as peças enviadas ao Museu Nacional, distribuídas em 18 caixas e totalizando o número de 1.024 exemplares. Uma nova carta, de 14 de dezembro de 1939, enviada por Mário de Freitas, relata que uma nova remessa, de 49 peças, foi feita para o Rio de Janeiro; tais peças deveriam ter sido enviadas junto com as 18 caixas. Logo, chegou-se a totalidade de 1.073 peças.

Em relação ao processo de tombamento da Coleção, que corre junto à compra da mesma, ele iniciou-se em 1938, sendo a já citada notificação nº 16 a que certifica a inscrição da coleção, já identificada como arqueológica. Devemos lembrar que a época em que a coleção foi tombada é uma época de grande efervescência no universo de proteção e preservação do patrimônio no país, graças a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A época em que o tombamento da coleção foi pedido é bastante característica: o pedido foi feito em 1938, ou seja, logo no início de atuação do SPHAN. Vimos também que nessa época o Museu

Nacional já possuía uma cadeira no Conselho Consultivo do SPHAN, o que provavelmente contribuía para o reconhecimento de peças do Museu como importantes e relevantes para o patrimônio nacional.

O processo de tombamento da coleção no SPHAN é o de número 0077-T-38, tendo sido iniciado no ano de 1938, mas só sendo finalizado em 14 de abril de 1948. Nele, a coleção é identificada como compreendendo o material de conchas do litoral sul – no documento, as peças são identificadas como sendo do Rio Grande do Sul, mas o nome do estado foi riscado, tendo-se escrito o nome do estado do Rio de Janeiro por cima, ainda que as peças sejam, de fato, em sua quase totalidade, do Rio Grande do Sul (a exceção são algumas peças vindas de Santa Catarina).

Em 1941, o então diretor do SPHAN, Rodrigo Mello Franco de Andrade, requisitou, no ofício de número 34, à senhora Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional na época, uma cópia da relação completa e especificada do material da coleção arqueológica; segundo o documento, um pedido verbal já havia sido feito anteriormente. Aparentemente, esse pedido não obteve resposta, e uma nova requisição foi feita, dessa vez em 1948, pelo diretor substituto do SPHAN, Renato de Azevedo Duarte Soeiro, novamente endereçada a Heloísa Torres (ofício 127, documento 3 do Anexo). Esse segundo pedido formal foi, enfim respondido e atendido em fevereiro de 1948. Somente a partir daí que o processo de tombamento foi finalizado.

Em 03 de março de 1948, a inscrição foi confirmada pela notificação nº540, sendo efetivamente inscrita no Livro do Tombo Arqueológico, pelo diretor Carlos Drummond de Andrade. Portanto, todo o processo de tombamento levou cerca de dez anos. A coleção arqueológica Balbino de Freitas: conchais do litoral sul encontra-se inscrita no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do IPHAN. Seu número de inscrição é 014.

Podemos inferir pela documentação que a coleção realmente chamava a atenção, devido à variedade de peças que apresentava – ao recusar a Coleção em 1935, o Chefe da Seção de Antropologia e Etnografia comenta seu interesse por ela, colocando como impedimento somente a questão do preço; também na carta de 1939, do emissário do MN à Professora Heloísa Alberto Torres, a coleção é apresentada como muito interessante, ao ponto de esse emissário desejar desenhar e fotografar peças para a composição de um livro.

Também chama a atenção o fato de que, embora tombada como “material de conchas do litoral sul”, não existem conchas na coleção.

2.2.2 – Características da Coleção

Como já foi dito acima, não há nenhum estudo específico sobre a Coleção. Além disso, não existem dados sobre como o material foi coletado – apenas na carta do emissário de Heloísa Alberto Torres que temos alguma ideia de que a maioria das peças foi coletada diretamente da areia, não de sambaquis como foram apresentadas pelos seus antigos donos. Ainda assim, foi possível levantar dados e descobrir informações e características interessantes sobre a Coleção.

Primeiramente, porém, devemos esclarecer que, no período de pesquisa, a Reserva Técnica de Arqueologia do Museu Nacional encontra-se fechada, em obras. Dessa forma, não foi possível ter um contato mais próximo com a maioria das peças. Entretanto, tivemos todo o apoio da equipe do Museu Nacional, que nos passaram as informações necessárias, bem como fotos de seu próprio acervo das peças de maior interesse.

Como dito acima, a Coleção Balbino de Freitas não possui alguns elementos que costumam corresponder à coleções arqueológicas de sambaquis, como as conchas; ela é composta principalmente por artefatos líticos e de cerâmica, sendo estes seu grande atrativo. A maior parte das peças da coleção encontra-se inteira. Da variedade de peças, contamos (de acordo com a classificação utilizada no Museu Nacional):

Almofariz: 14	Amolador: 1	Artefato Lítico: 175	Bigorna: 12
Boleadeira: 331	Cachimbo: 24	Cesta: 1	Colar: 3
Conta: 3	Fuso: 1	Maça: 1	Machado/Itaiça: 135
Mão de Pilão: 10	Percutor: 6	Peso de rede: 26	Pingente: 1
Polidor: 19	Ponta Projétil: 227	“Prato” de Pedra: 2	Prisma: 6
Seixos: 8	Tigela: 14	Urna: 4	Vaso: 19
Zoolito: 20			

Tabela 1: Número de Peças da Coleção Balbino de Freitas

O número de peças da Coleção Balbino de Freitas no Museu Nacional somam 1.170 peças – é um número maior do que o apresentado por seus proprietários porque algumas peças foram contadas por eles em conjunto, o Museu as conta em separado, inclusive devido a isso, a numeração das peças no Museu segue aquela dada pelo IPHAN (começando a partir do número 29.840), mas em relação a essas peças, elas

possuem um outro número, que começa a ser contado a partir de 60.000. Sobre a variedade de peças, todas as informações utilizadas são de PROUS (1992):

ARTIFATOS LÍTICOS

Bigornas - são simples seixos um pouco achatados ou blocos com faces planas, que serviram de apoio para objetos que eram percutidos.

Não há bigornas da Coleção Balbino de Freitas em exposição, somente em Reserva Técnica, por isso não podemos apresentar reproduções.

Bolas de boleadeira - são objetos esféricos que podem apresentar um ou dois sulcos.

Itaiças - são machados circulares com perfuração central para encaixe de cabo, encontrados principalmente no Rio Grande do Sul, e segundo PROUS (1992: 78) cronistas do Brasil e do Paraguai chegaram a vê-los sendo usados.

Machados - são bem representados e conhecidos em todo o território brasileiro. São conseguidos por polimento e caracterizados por uma parte ativa, o gume, que é polido e biconvexo; uma zona neutra, que atua por sua massa; e uma zona de preensão.

(Todas as imagens abaixo foram feitas por nós e reproduzidas com autorização do Museu Nacional)

Mãos de pilão cilíndricas ou cônicas também são objetos destinados à percussão difusa.

Percutores são pedras que podiam ser utilizadas como martelos, servindo para lascar rochas frágeis ou picotear superfícies de pedra etc.

Pesos de rede eram fabricados por picoteamento ou mesmo feitos com pedra bruta.

Pontas de projétil são conseguidas através de pressão ou perfuração. Segundo PROUS (1992), costumam ser um artefato considerado muito bonito e que pode apresentar tamanho variado: as de maior tamanho seriam para lanças e as menores para flechas ou propulsores. Quase sempre se apresentam como bifaciais, elaboradas a partir de lascas e apresentando retoque total em ambas as faces.

Polidores são peças que podem ser fixas, normalmente rochas granulosas, ricas em sílica, em cujos afloramentos se podia polir as peças que se desejasse.

(Todas as imagens abaixo foram feitas por nós e reproduzidas com autorização do Museu Nacional)

ZOÓLITOS

Zoólitos são esculturas de pedra (ou ossos) em forma de animais ou em forma geométrica. Costumam ser bem raras e são típicas de sambaquis; alguns animais são de fácil reconhecimento (o que podemos ver na Coleção Balbino de Freitas), sendo a maioria representando animais marinhos (GASPAR, 2004: 53-54).

(Todas as imagens abaixo foram feitas por nós e reproduzidas com autorização do Museu Nacional)

CERÂMICA

A cerâmica, cuja finalidade básica é a produção de vasilhames era feita a partir de argilas. A diferenciação entre tigelas e pratos ocorre pelo tamanho: as tigelas são recipientes cuja altura é igual ou menor do que o diâmetro máximo, sendo que o diâmetro maior se encontra na abertura superior. Já os pratos são recipientes cuja altura é muito menor que o diâmetro, com base plana ou muito aplanada (PROUS, 1992, a partir de definições propostas por Brochado, 1977).

(Todas as imagens abaixo foram feitas por nós e reproduzidas com autorização do Museu Nacional)

Como dito, não foi possível ter acesso à Reserva Técnica, porém, das peças que se encontram nela, queremos destacar algumas peças que nos chamaram atenção.

Dentre as peças que mais chamam atenção, podemos destacar uma verdadeira raridade: uma cesta com resina impermeabilizante (peça 29.892), uma peça única, que se encontra na Reserva Técnica, devido à sua fragilidade. O de possuir resina e seu bom estado são o que a destacam:

Também desejamos destacar os colares da Coleção: são três, sendo dois colares feitos de contas de vidro (29.901 e 29.902) e um feito de contas de ossos. Os dois primeiros apontam para um período onde já havia contato com os colonizadores europeus (contato interétnico), enquanto o último, provavelmente, é de uma cultura mais antiga (é muito provável que seja de um sambaqui):

O que nos chama a atenção é que, apesar da grande variedade de peças, a Balbino de Freitas não se trata de uma coleção típica de sambaquis, ainda que talvez tenha sido assim identificada por seus antigos donos; ela apresenta, naturalmente, alguns elementos desse tipo de sítio, como os almofarizes, os zoólitos e os seixos; mas por outro lado, não apresenta outros que normalmente são encontrados, como pontas ósseas (aliás, não há muitos representantes ósseos na Coleção), anzóis de osso e, principalmente, conchas.

Como mencionado, não existem trabalhos específicos sobre a Coleção Balbino de Freitas e nem muitas referências sobre seu criador ou como foram realizadas as coletas, embora tudo indique que foram feitas sem muito cuidado, ainda que as peças tenham sido mantidas em bom estado. Em relação aos locais de coleta, de acordo com a listagem fornecida pelo IPHAN e a base de dados da coleção de Arqueologia do Museu Nacional, podemos perceber que a maioria foi coletada no próprio município de Torres. Destas, uma grande parte teria sido coletada em sambaquis, como o sambaqui da Cidade; no sambaqui de Itapéva; no sambaqui do Campo do Cortume; no sambaqui da Vila; no sambaqui Capão dos Quatis; no sambaqui do Jacaré e no sambaqui da Caeira. Porém, como visto acima, o mais provável é que elas tenham sido coletadas em locais próximos a sambaquis, ou em praias.

Outras peças foram coletadas em outras localidades do município de Torres, mas sem uma localização mais específica. Algumas teriam sido escavadas nas ruas 15 de Novembro, Tiradentes, Carlos Flores e Julio de Castilhos do município, talvez durante alguma obra. Algumas peças (especificamente uma urna, um prato de cerâmica e uma panela de barro) foram encontradas na Tápera do Mingote, na divisa de Torres com Osorio, cidade que também forneceu algumas poucas peças. Também o Balneário Picoral forneceu algumas peças. Um machado de pedra foi escavado na margem esquerda do rio Mampituba. Um pilão de pedra foi encontrado na Serra de Morro Azul.

Em Santa Catarina, foi encontrado um prato de barro, um cachimbo e um machado de pedra, no sambaqui de Morretes.

Podemos perceber que as coletas se concentraram no município de Torres, especialmente nos sambaquis da Cidade, Itapéva, Cortume e Vila: esses quatro foram os maiores fornecedores de achados arqueológicos. Os outros sambaquis contribuíram com um número menor de peças. Também os achados em outros municípios não são muitos, sendo esses municípios próximos a Torres, havendo, inclusive, achados nas divisas.

Chama a atenção, a presença, ainda que pequena, de peças do estado de Santa Catarina (que teriam sido coletadas nos anos de 1911, 1915, 1918 e 1935), cujo local de escavação foi o sambaqui de Morretes – é interessante por ser, hoje, Santa Catarina um dos estados que mais concentra pesquisas em sambaquis (Tabela 2). Santa Catarina é o único outro estado mencionado, além do Rio Grande do Sul. Atualmente, Santa Catarina é um dos estados que mais recebe pesquisas arqueológicas referentes aos sambaquis.

Em relação às datas, a mais antiga é 1900, no sambaqui da Cidade, seguida por escavações de 1901 e 1902 no sambaqui da Vila. As escavações em Santa Catarina datam de diversas datas, não próximas. mas podemos notar que, de qualquer maneira, havia uma frequência anual, os únicos anos em que não há coleta são 1909 e 1937. O último ano mencionado é 1938, exatamente o ano em que se inicia o processo de tombamento da Coleção e a mesma é negociada com o Museu Nacional. Porém, convém destacar que nem todos os artefatos possuem data ou localização específica de coleta.

Tabela 2 – Datas e Locais das Peças da Coleção Balbino de Freitas

Anos	Localidades
1900	Sambaqui da Cidade
1901	Sambaqui da Vila
1902	Sambaqui da Vila
1903	Campo do Cortume
1904	Sambaqui de Itapéva, Sambaqui da Cidade, Sambaqui da Vila
1905	Sambaqui de Itapéva, Sambaqui da Vila
1906	Sambaqui da Cidade, Sambaqui da Vila
1907	Sambaqui da Vila
1908	Município de Torres, Sambaqui de Itapéva, Sambaqui da Cidade, Sambaqui da Vila
1910	Município de Torres, Sambaqui da Cidade, Sambaqui da Vila
1911	Município de Torres, Sambaqui de Itapéva, Sambaqui da Cidade, Sambaqui de Morretes (Santa Catarina)
1912	Sambaqui de Itapéva, Sambaqui da Cidade, Sambaqui da Vila, Sambaqui Capão dos Quatis
1913	Sambaqui de Itapéva, Sambaqui da Cidade, Sambaqui da Vila
1914	Sambaqui de Itapéva, Sambaqui da Cidade, Sambaqui da Vila
1915	Sambaqui de Itapéva, Sambaqui da Cidade, Sambaqui da Vila, Sambaqui de Morretes (Santa Catarina)
1916	Sambaqui de Itapéva, Sambaqui da Cidade, Sambaqui da Vila
1917	Sambaqui de Itapéva, Sambaqui da Vila
1918	Sambaqui de Itapéva, Sambaqui da Cidade, Sambaqui de Morretes (Santa Catarina)
1919	Sambaqui da Cidade

1920	Sambaqui de Itapéva, Sambaqui da Cidade, Rio Mampituba
1921	Sambaqui da Cidade
1922	Sambaqui de Itapéva, Sambaqui da Cidade
1923	Município de Torres
1924	Sambaqui de Itapéva, Sambaqui da Cidade, Sambaqui da Vila
1925	Sambaqui de Itapéva, Sambaqui da Cidade
1926	Sambaqui da Vila
1927	Município de Torres, Serra de Morro Azul, Sambaqui de Campo do Cortume, Sambaqui da Caiera
1928	Município de Torres, Sambaqui da Cidade
1929	Município de Torres, Sambaqui da Cidade, Sambaqui da Vila, Sambaqui do Campo do Cortume
1930	Município de Torres, Sambaqui da Cidade, Sambaqui da Vila, Sambaqui do Jacaré
1931	Sambaqui de Itapéva, Sambaqui da Cidade, Sambaqui Capão dos Quatis
1932	Município de Torres, Sambaqui da Cidade
1933	Município de Torres, Município de Osorio, Sambaqui da Cidade, Sambaqui da Vila
1934	Município de Torres, Tapéra do Mingote, Sambaqui da Cidade, Sambaqui da Vila
1935	Sambaqui de Itapéva, Sambaqui da Cidade, Sambaqui da Vila, Sambaqui de Morretes (Santa Catarina)
1936	Município de Torres
1938	Sambaqui da Cidade
Sem data	Sambaqui da Vila, Município de Torres

A maioria das peças teriam sido conseguidas nos Sambaquis de Itapéva, Cidade e Vila – são os que figuram mais constantemente e por mais tempo na listagem final da Coleção (a fornecida pela documentação do processo de tombamento).

Através de análise da documentação, percebemos que a Coleção foi formada por peças coletadas ao longo de quase 40 anos; na primeira tentativa de venda da Coleção ao Museu Nacional, temos mais de 300 peças; sete anos depois, esse número mais que triplicou, chegando a mais de mil. Infelizmente, não conseguimos descobrir se as coletas eram feitas por mais de uma pessoa ou não, nem sob que condições. Lembramos que o senhor Mário de Freitas, ao negociar a Coleção com o Museu Nacional, teria afirmado que ela possuía “tendência a aumentar”, o que pode indicar que haveria outras peças de guarda da família (o emissário do Museu Nacional afirma haver uma peça craniana que não fazia parte da Coleção nem estava á venda), ou que talvez alguém da família ou algum conhecido continuasse a fazer coletas pela região. De qualquer modo, isso são apenas especulações.

Não são poucos os itens que se encontram sem data e sem local de coleta, mas ainda assim, a grande maioria apresenta os dois dados, o que demonstra uma preocupação em, fornecer algumas informações básicas sobre as peças e sua coleta.

2.2.3 – A Coleção no Museu Nacional

Como dito anteriormente, o material em exposição pertencente à Coleção Balbino de Freitas encontra-se em duas salas do MN: na sala de grupos horticultores, nas vitrines sobre cultura tupiguarani; e na sala de sambaquis, uma vez que a Balbino de Freitas apresenta uma grande variedade de peças e não se prende a uma só cultura pré-histórica. A ideia da exposição é mostrar a diversidade de material, formas, da decoração da cerâmica, enfim, a incrível diversidade de artefatos das culturas pré-históricas do Brasil

A primeira sala a conter peças da Coleção Balbino de Freitas é a de culturas horticultoras, especificamente as vitrines que tratam da tradição tupiguarani. Convém aqui explicarmos rapidamente o que é a tradição tupiguarani. Devemos lembrar que este não é um trabalho de Arqueologia, mas sim das áreas de Museologia e Patrimônio, portanto, nossa explicação será breve.

Segundo PROUS (2006), a tradição tupiguarani é uma unidade classificatória, reconhecida pelas características estruturais que apresentam a sua cerâmica, o que

não necessariamente indica uma unidade cultural. Possui esse nome por ser uma tradição comumente associada aos grupos de família linguística Tupi-Guarani, históricos. Durante a época de pesquisa do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, que realizou uma série de prospecções no Brasil entre 1965 e 1970) foram estabelecidas 52 fases arqueológicas dentro dessa tradição, das quais 34 seriam da região Sul do país (MORAES, 2007: 14).

A cerâmica é o elemento diagnóstico dessa cultura Tupiguarani, e era largamente utilizada para fabricar recipientes e outros tipos de instrumento, como os que vemos na Coleção Balbino de Freitas. Normalmente utilizavam na decoração de suas peças as cores vermelho, preto e branco ou creme. Os seus sítios encontram-se em regiões úmidas do Centro e do Sul do país, normalmente acompanhando grandes rios (PROUS, 1992).

A Coleção Balbino de Freitas contribui com a exposição, na sala Horticultores, com peças de cerâmicas tupiguarani, nas vitrines 1 (peça de número 29.886) e 2 (peças de número 29.840, 29.846, 29.847, 29.861, 29.887, 29.888 e 29.898).

Também há elementos da Balbino de Freitas na sala de sambaquis. A palavra sambaqui provém do Tupi, significando, literalmente “monte de conchas” (GASPAR, 2004: 9). Também podem ser chamados de *concheiros* (DEBLASIS *et all*, 2007) e são basicamente formados por restos faunísticos, especialmente conchas, mas também ossos de peixes e de mamíferos (GASPAR, 2004: 9).

São sítios normalmente em forma de montes que se encontram distribuídos por toda a costa brasileira, especialmente em regiões lagunares e áreas recortadas de baías e ilhas, que variam bastante de tamanho e no litoral de Santa Catarina podem chegar até 70 metros de altura e 500 metros de comprimento. É normal encontrar sepultamentos nesses sítios, em geral dispostos cerimonialmente em locais especificamente preparados para isso, frequentemente acompanhados de artefatos, oferendas alimentares e fogueiras (DEBLASIS *et all*, 2007: 29).

A sala de sambaquis do Museu Nacional é a que abriga o maior número de peças da Coleção Balbino de Freitas que se encontram em exposição. Na mesa do zoolitos, encontramos seis peças provenientes da coleção: 30.036, 30.038, 30.040, 30.041, 30.049 e 30.062; na vitrine de zoolitos, há mais três: 30.039, 30.046 e 30.048. Na vitrine do meio, encontramos exemplos de boleadeiras maiores (29.940, 29.942, 30.085 e 30.145), boleadeiras médias (29.959, e o conjunto que vai da peça de número 68.623 até 68.628) e boleadeiras menores (conjunto que vai de 68.607 até 68.621). Também nessa vitrine são apresentados pesos de rede (30.104, 30.105, 30.106, 30.121, 30.207, 30.208, 30.209, 30.210, 30.211, 30.215 e 30.216) e Itaiças (30.119 e 30.204).

Por fim, ainda nessa vitrine, encontramos artefatos/pontas da coleção: 30.112, 30.113 e conjunto que vai de 68.600 até 68.606 Nas vitrines laterais são encontrados machados (29.971, 30.176, 30.224, 30.230 e 30.234), um almofariz (30.214), polidores (29.863, 30.066 e 30.098), mão de pilão (30.114), polidores (30.055, 30.058, 30.060 e 30.071) e um percutor (30.057).

CAPÍTULO 3

RELAÇÃO PATRIMÔNIO, ARQUEOLOGIA E MUSEUS

CAPÍTULO 3 – RELAÇÃO PATRIMÔNIO, ARQUEOLOGIA E MUSEUS

3.1. DISCUSSÃO SOBRE A VALORAÇÃO DAS PEÇAS

Ao longo de nossa discussão fomos guiados pela questão que envolve a relação entre coleções, como um dos representantes do patrimônio arqueológico, e museus. Acreditamos que uma das formas pela qual essa relação pode ser construída é a partir do processo de valorização das peças e das coleções que por elas são compostas. Interessa-nos, portanto, refletir acerca dessa valorização – como e por que meios ela se dá e visando o quê. A valoração das peças é aqui encarada como um elemento primordial para a compreensão da Coleção como patrimônio.

3.3.1 – Coleção Balbino de Freitas – uma coleção científica

A Coleção Balbino de Freitas foi formada em uma época em que no Brasil a prática arqueológica ainda não estava formalizada – sabemos que o período de coleta (de 1900 a 1938) não era ainda um período de uma prática arqueológica rigorosamente científica, ainda não haviam sido constituídos cursos de formação universitários e grandes programas que promoveram a profissionalização dos que praticavam Arqueologia, como o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) e a Missão Franco Brasileira só ocorreriam anos depois – dessa forma, mesmo sem termos muitas informações sobre *como* as peças da Coleção foram coletadas, podemos inferir que o foram de uma forma que não seguia os critérios científicos que são padrão hoje em dia. E, como vimos no Capítulo 1, uma das formas de se caracterizar uma coleção como científica é verificar se ela segue parâmetros que a caracterizam como tal, ligados à própria prática científica, o que, a primeira vista, não seria o caso da Coleção em estudo.

Ainda assim, pretendemos demonstrar que a Balbino de Freitas pode ser encarada como um exemplo de patrimônio científico, devido a características como sua variedade de peças, o bom estado da maioria delas, seu apelo estético e seu próprio histórico.

Se, como dito acima, a coleta para a Balbino de Freitas não seguiu parâmetros científicos, como ela pode ser considerada como patrimônio científico? Defendemos que existem outros aspectos que possibilitam o reconhecimento da Coleção como

científica, sendo o principal a chancela do museu que a abriga, um museu científico e que a considerou com um valor científico tão alto que a escolheu para ser exibida aos visitantes.

E como se dá esse processo? Primeiramente, devemos lembrar que coleções científicas são comuns nos museus de todo o mundo e, como vimos no primeiro capítulo, muitas vezes acompanharam a formação e a trajetória dos primeiros museus, muitas vezes tornando-se seu carro-chefe, como exemplo de desenvolvimento e progresso das sociedades “civilizadas”, à medida que os museus tornavam-se cada vez mais lugares não só de representação mas também de exaltação aos “avanços” sociais, políticos e científicos, o progresso e a superioridades do Ocidente (SOUZA, 2007: 15-16).

Dessa forma, podemos dizer que coleções científicas e museus são elementos que caminham juntos, onde um pode interferir na trajetória e objetivos do outro. Além disso, devemos lembrar que os museus também são instituições baseadas na ideia de disponibilizar para a sociedade, de uma forma que seja mais acessível, o conhecimento científico produzido pelos intelectuais nos grandes centros de estudo; os museus são locais de comunicação com a sociedade, constituindo importantes formas de disseminação do conhecimento e instrumentos de socialização dos conteúdos científicos (VALENTE, 2004: 4).

Portanto, ser uma coleção em um museu que se apresenta também como científico confere à Coleção Balbino de Freitas um outro valor que deve ser levado em consideração em nossa discussão acerca de patrimônio arqueológico em museus.

Voltando à nossa questão – a Coleção Balbino de Freitas pode ser considerada uma coleção científica? Fazendo um julgamento superficial, poderíamos responder que não. Ela foi composta sem documentação adequada, e, muito provavelmente, não seguiu parâmetros científicos de coleta arqueológica – em uma época em que esses parâmetros sequer estavam inteiramente formulados. Dessa forma, poderíamos dizer que não se trata de uma coleção científica, ainda que isso não diminuiria sua importância, pois sempre haveria outros aspectos a serem considerados, como sua dimensão estética ou sua possibilidade didática.

Essa seria entretanto uma análise primária e simplista, pois definir se uma coleção arqueológica é científica ou não levando em consideração *somente* o modo como se deu sua formação seria deixar de lado inúmeros outros fatores que a tornariam científica.

Acreditamos – e vem daí a importância de se analisar todo o histórico de uma coleção – que a prática científica que envolve uma coleção vai além do ato de escavação/coleta, ela engloba todas as ações que são realizadas sobre a coleção, uma vez que tais ações ocorrem dentro de um museu científico e são realizadas por profissionais de ciências. Essas ações incluem: a preservação, a conservação, a exibição. Devemos salientar que são todas ações científicas, pois se dão por meio de parâmetros científicos que as regem, contribuindo para a manutenção da Coleção. Não são ações que ocorrem num momento específico e depois nunca mais são repetidas – são atividades que precisam ser mantidas continuamente.

Ou seja: a prática científica relativa à coleção não terminou quando os objetos foram coletados, ela se dá até hoje, dentro do ambiente do museu e inclui até as possíveis pesquisas realizadas sobre ou a partir da coleção (como a presente dissertação).

O que pretendemos afirmar aqui é que um processo de valoração de coleções arqueológicas ocorre por meio das práticas científicas que acompanham a coleção, que fazem com que sua importância seja reafirmada, seja no dia-a-dia do Museu, seja em ocasiões mais raras, como uma pesquisa específica. É uma série de procedimentos, que mesmo que pareçam simplesmente técnicos (como ocorre com a Conservação das peças, por exemplo), continuamente ressignificam a coleção como científica. Dessa forma, não importa somente saber se a Coleção Balbino de Freitas foi formada dentro dos rígidos e atuais parâmetros científicos da Arqueologia, mas sim ter consciência de que estas ações atribuem valor científico à Coleção.

A prática científica, seja aquela realizada em campo ou em laboratório, ou aquela ligada à escavação ou ao dia-a-dia do museu, é uma atividade que (re)valoriza os objetos que trata. Ao trabalharmos com a Coleção Balbino de Freitas estamos, de algum modo, fortalecendo seu valor científico.

Sendo assim, concluímos que, mesmo seus artefatos não tendo sido coletados de modo sistemático e dentro dos padrões científicos, a Coleção Balbino de Freitas pode ser encarada como uma coleção científica.

3.3.2 – De Coleção Particular a Coleção Pública

Uma das principais características da Coleção Balbino de Freitas é a sua transição de coleção particular para coleção pública. Uma coleção particular pode

apresentar características que lhe concedem importância como patrimônio, mas, de acordo com a trajetória do conceito de patrimônio visto no Capítulo 1, é quando um bem se torna público que ele passa a ser encarado, pela grande maioria das pessoas, como um exemplo de patrimônio.

Devemos lembrar que as coleções principescas, os gabinetes de curiosidade e as coleções científicas proliferaram a partir do século XV, quando o colecionismo virou moda entre membros da aristocracia europeia, a partir da forte influência do cientificismo e do humanismo iniciado no Renascimento. Essas coleções, particulares na sua origem, eram destinadas ao deleite exclusivo de seus proprietários e de pessoas que lhes eram próximas, não eram acessíveis ao público, assim como ainda não existia a ideia de bem público. CHOAY (2006:52) destaca que o primeiro exemplo de coleções particulares abertas ao público, mesmo que somente uma vez ao ano, ocorreu em 1471, com as coleções pontificais do capitólio italiano.

Porém, mesmo quando a ideia de patrimônio foi se tornando cada vez mais ligada à atuação do Estado, a presença das coleções particulares e a questão – são ou não patrimônio – fazia-se presente. No caso brasileiro, por exemplo, podemos destacar que, no anteprojeto redigido por Mário de Andrade, que geraria o Decreto-Lei nº 25, o intelectual propõe a criação de comissões estaduais responsáveis pelo tombamento de obras, monumentos, cidades, obras de artistas renomados já falecidos, e de coleções (SENA, 2011: 55), sem especificar aí se tais coleções seriam públicas ou privadas. Vemos aí o início de uma preocupação em salvaguardar *tudo* que possa remeter a uma ideia de patrimônio.

Se pensarmos um pouco, parece natural já existir essa preocupação com a preservação de coleções que não estejam sob a tutela do Estado. SENA (2011: 62) reforça o crédito a Mário de Andrade por essa preocupação: para a autora, o SPHAN só teria começado a empreender o tombamento dessas coleções e acervos – de caráter museológico, bibliográfico e documental –, bem como também a elaborar projetos para inventariar coleções particulares e tentar controlar o comércio de obras de arte, por influência do escritor.

Mas, o que seria uma coleção particular, afinal? No que ela se diferencia de uma pública? Já discutimos acerca do conceito de coleção no primeiro capítulo, porém convém lembrar que, de acordo com a definição de POMIAN (1984), uma coleção seria:

Qualquer conjunto de objetos naturais e artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial e expostos ao olhar do público, acumulam-se com efeitos nas tumbas e nos templos, no Palácio dos Reis e nas residências particulares.

(POMIAN, 1984, p. 55)

Não há dúvida de que, seguindo essa definição, os objetos coletados por Balbino de Freitas fazem parte de uma coleção. A partir dessa definição, Pomian divide as coleções em dois tipos: as coleções particulares e os museus, uma divisão bastante interessante, principalmente se considerarmos a existência de inúmeros museus em território nacional que são museus de um particular ou museus públicos que possuem em seu acervo coleções particulares emprestadas. De acordo com o autor, esses mundos podem parecer completamente diferentes

No caso da Coleção Balbino de Freitas, como vimos, se trata de uma coleção que começou como particular, passando depois para a tutela do Estado e de um museu. Talvez possamos dizer que isso faça dela uma Coleção “híbrida”, por apresentar características tanto de uma coleção particular quanto de um museu.

O que podemos afirmar é que na sua formação a Balbino de Freitas possui características de uma coleção particular, a partir de sua compra pelo Museu Nacional ela passou a agregar também características de uma coleção pública – ou, melhor dizendo, de uma coleção museológica.

Para caracterizar a Balbino de Freitas como coleção particular, podemos voltar novamente a Pomian, que quando trata desse tipo de coleção diz que é comum:

muitas vezes as coleções particulares se dispersam depois da morte daqueles que as constituíram, trazendo dinheiro aos seus herdeiros. Todavia, nem sempre é assim: podem citar-se dezenas de coleções transformadas em museus, por exemplo os museus CognacqJay, Jacquemart-André e Nissim de Camondo em Paris; o Museu Ariana em Genebra, os museus Lazare Galdiano em Madrid e Frederico Marés em Barcelona, a Fundação Peggy Guggenheim em Veneza, a Gardner House em Boston ou a Frick Collection em Nova Iorque. Portanto, é impossível reduzir a formação de uma coleção particular ao puro e simples entesouramento e isto é ainda mais evidente quando se trata de museus.

(POMIAN, 1984: 52)

Como vimos no capítulo anterior, algo parecido ocorreu com a Balbino de Freitas: após a morte de seu criador, em data ignorada, seus herdeiros procuraram de se desfazer dela, oferecendo-a a vários museus. Até onde sabemos, ela não chegou a ser dispersa, tendo sido vendida completa ao Museu Nacional, repetindo a trajetória de muitas coleções, como as citadas por Pomian acima. Infelizmente, a falta de informações sobre os motivos do senhor Balbino Luís de Freitas para iniciar a coleção e mantê-la por tantos anos deixará aqui uma lacuna, mas não nos impede de concordar com Pomian de que as razões para a manutenção dela por um particular ia além de um “entesouramento”. Seus herdeiros, por sua vez, preocupavam-se com seu

destino, desejando vê-la nas mãos de um grande museu, talvez por falta de condições de mantê-la apropriadamente, somada a um desejo natural de ganho financeiro e de manutenção da memória do pai.

Quando passa para a tutela do museu, a Coleção passa a ser vista de uma outra forma: a venda não é mais cogitada: Pomian destaca, ainda no mesmo parágrafo que, “os objectos que possuem são, em geral, inalienáveis; não se tenta vendê-los mesmo em caso de grandes dificuldades financeiras” (POMIAN, 1984: 52). Essa, talvez, seja uma das principais diferenças que demarca uma coleção particular de uma coleção museológica, como o próprio Pomian nota, ao longo de seu texto: nos museus nós encontramos a permanência que as coleções particulares muitas vezes só conseguem manter enquanto seu dono original está vivo (POMIAN, *Op. Cit.*: 82). Uma outra característica de diferenciação levantada por Pomian (*Ibidem*: 83) é a óbvia exposição que temos em um museu – nenhum particular é obrigado a mostrar sua coleção para os outros e, até onde sabemos, a Balbino de Freitas, antes de ser adquirida pelo Museu Nacional, só era mostrada aos interessados em comprá-la ou estudá-la. Atualmente, ela apresenta peças na exposição permanente do Museu, assim como o restante está na Reserva Técnica e se tratando de um museu público, isso significa que ela está ao alcance de todos.

Por isso, podemos dizer que a Coleção Balbino de Freitas realizou um percurso de coleção particular para uma de museu público, o que lhe foi acrescentando uma nova valorização, como coleção museológica.

3.3.3 – A Coleção Balbino de Freitas e o Processo de Tombamento

Um dos mais visíveis procedimentos de valoração de um objeto, monumento ou coleção é o processo de tombamento, que no caso brasileiro, pode se dar por meio do IPHAN ou de institutos de patrimônio estaduais e municipais. Trata-se de um processo identificado como legitimador não só para o Estado como para a sociedade civil e, em muitos casos, acaba por ser o primeiro passo para a valorização real de um bem cultural.

Para melhor entendermos a relevância do tombamento da Balbino de Freitas por parte do IPHAN, devemos fazer uma rápida análise da política de tombamento do IPHAN em relação aos bens arqueológicos.

Segundo o site do IPHAN, os bens arqueológicos brasileiros estão inscritos, em sua maioria, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, e alguns se

encontram inscritos nos Livros de Tombo das Belas-Artes e Histórico, dependendo aí da natureza de cada.

A lista de bens arqueológicos tombados no IPHAN compreende:

-06 coleções arqueológicas: coleção do Museu da Escola Normal Justiniano da Serra (CE); coleção do Museu Paraense Emílio Goeldi (PA); coleção do Museu Coronel David Carneiro (PR), coleção do Museu Paranaense (PR); coleção Balbino de Freitas do Museu Nacional (RJ); e coleção de João Alfredo Rohr (SC);

-02 áreas com conjuntos de sítios pré-coloniais de arte rupestre: Parque Nacional da Serra da Capivara (PI); Ilha do Campeche (SC);

-01 monumento arqueológico de arte rupestre: Itacoatiaras do Rio Ingá (PB);

-03 sítios pré-coloniais: Lapa da Cerca Grande (MG); Sambaqui da Barra do Rio Itapitanguí (SP); Sambaqui do Pindaí (MA);

-04 sítios do período histórico: Remanescentes do Povo e Ruínas da Igreja de São Miguel (RS); Serra da Barriga ou República dos Palmares (AL); Sítio Santo Antônio das Alegrias (MA); Ruínas da Igreja Matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT);

-01 área de valor etnográfico e arqueológico: Áreas Sagradas do Alto Xingu Kamukuaká e Sagihengu (MT).

Fonte: site do IPHAN

A variedade de bens arqueológicos tombados é relativamente grande e embora não sejam muitos, eles dão uma ideia da riqueza arqueológica do país – há desde artefatos a sítios, há tanto bens do período pré-histórico como bens do período histórico e podemos perceber que eles estão assim representados na listagem do IPHAN. Sabemos que nem tudo aquilo que pode ser considerado patrimônio por pessoas ou grupos sociais está contemplado pelas Instituições que o formalizam, mas de um modo geral, ao passar pelo processo de tombamento, o bem cultural ganha um *status* que o permite ser reconhecido e apreendido como patrimônio. É interessante notar que a categoria que mais possui bens tombados é justamente a de coleções.

O processo de tombamento pode ser encarado como uma mera formalidade ou uma forma de regulação do Estado sobre o que é ou não patrimônio (como vimos brevemente no capítulo 1), mas também funciona, provoca um diferencial em relação a outros bens que, mesmo valorizados, não passaram pelo processo de tombamento.

No caso da Coleção Balbino de Freitas, o processo de tombamento lhe trouxe, naturalmente, uma nova valorização além daquelas já apresentadas. O tombamento a coloca no mesmo patamar que as outras coleções que também frequentam a lista acima apresentada, fazendo com que, em princípio, em qualquer situação, ela seja reconhecida como de grande relevância para o patrimônio arqueológico nacional. Além disso, a ação do tombamento faz com que ela ganhe uma notoriedade que pode ser facilmente identificada: a Coleção Balbino de Freitas é uma parte do patrimônio nacional, chancelada pela Instituição que regula a questão.

3.3.4 – A Coleção Balbino de Freitas e o Intangível

A Coleção Balbino de Freitas é formada, como vimos, por artefatos arqueológicos, alguns identificados como de culturas sambaquieras, outros de culturas horticultoras e até mesmo de elementos de contato interétnico, entre indígenas e europeus. Portanto, podemos dizer que ela é formada por elementos que compõem a história desses grupos, formadores do que conhecemos hoje como Brasil. Mas ela é também um exemplo da história da prática arqueológica no país e até mesmo da história do Museu Nacional.

Esse tipo de questão nos leva para o terreno da discussão entre materialidade e imaterialidade. Muitas vezes, quando falamos em coleções científicas – ainda mais quando se tratam de objetos arqueológicos – imediatamente as correlacionamos com a sua materialidade, que é sempre tão forte e quase sempre a única fonte de informação direta que temos sobre seus produtores. Entretanto, isso não implica numa não-existência ou em um enfraquecimento da dimensão imaterial/intangível que cada objeto e coleção possui.

Entretanto, para uma melhor discussão acerca da imaterialidade dos bens, pensamos ser importante tecer algumas discussões acerca do que é considerado patrimônio material e imaterial, de modo que possamos refletir se há sentido em falar dessas duas instâncias como campos separados.

Para o IPHAN, o patrimônio material é o conjunto de bens culturais classificados, segundo a sua natureza, nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Essa materialidade pode compreender tanto bens móveis (como a Coleção Balbino de Freitas) como imóveis (como um sítio arqueológico, por exemplo). É a forma mais óbvia e recorrente de patrimônio, além de ser a mais antiga. Como mostrado no capítulo 1, durante muito tempo, patrimônio era pensado *somente* como patrimônio material.

Em relação ao chamado patrimônio imaterial, o IPHAN recorre, em seu site à definição da UNESCO sobre Patrimônio Imaterial, formulada e publicada na 32ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, de 17 de outubro de 2003 (Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial), que define:

*Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - **junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados** - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”.*

(UNESCO, 2003, grifo nosso).

Ainda segundo o mesmo documento, esse patrimônio imaterial pode se apresentar/manifestar nos seguintes campos:

- a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
- b) expressões artísticas;
- c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
- d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
- e) técnicas artesanais tradicionais.

(UNESCO, 2003).

Queremos aqui destacar que o patrimônio imaterial, embora seja caracterizado como ações – as chamadas práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – não está dissociado de uma materialidade. Materialidade e imaterialidade são características que caminham juntas.

E, no caso dos artefatos arqueológicos, podemos perceber isso claramente: se não temos mais o relato oral dos povos sambaquieiros sobre os seus rituais de morte, temos os vestígios por eles deixados que nos remetem a isso, afinal, o patrimônio intangível se expressa *também* por meio do material, sendo o material um veículo para uma manifestação que não termina na produção do objeto, mas permanece (CABRAL, 2004: 51). No caso de objetos arqueológicos, permanece e ressignificado, pelas pesquisas, teorias, em suma, pela prática da ciência arqueológica. E, quando dentro de um museu, novas ressignificações ocorrem.

Arqueologia, Museologia, Conservação, Restauração – todas são práticas científicas que possuem uma face imaterial, ainda que essa não seja perceptível de modo imediato. Ou seja, a imaterialidade que existe na Coleção Balbino de Freitas não provem somente das intenções dos criadores daqueles objetos, mas também de cada ação que eles sofrem: a escavação, o tombamento, a remoção para o Museu Nacional, a catalogação, a conservação, a exposição e a permanência em reserva técnica.

Ainda segundo o site do IPHAN:

“O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”.

Ao aplicarmos essa caracterização do IPHAN para a coleção Balbino de Freitas, percebemos que essas práticas científicas (convém falar no plural, pois como dito acima, são diversas práticas científicas que podem envolver uma coleção, ainda mais quando esta se encontra dentro de um museu), ao levarem a uma pesquisa e sua posterior difusão, que pode ocorrer por meio de aulas, publicações e até

dissertações como esta, não deixam de ser também uma forma de transmissão que se dá de geração em geração – ainda que, muitas vezes, se limite a gerações de pesquisadores – que de uma certa forma contribui para o sentimento de identidade e continuidade não só da coleção em si como também da atividade científica como um todo.

Com a análise científica da coleção Balbino de Freitas, estamos de alguma forma contribuindo para a sua manutenção como coleção científica. E o papel do Museu Nacional nessa trajetória é de extrema relevância: os museus guardam os exemplares do patrimônio material, ao mesmo tempo em que são participantes da produção, gestão e promoção do patrimônio intangível a eles associado (CABRAL, 2004: 52). Percebemos que não só os objetos apresentam uma face imaterial (que nem sempre é de fácil acesso), mas as ações neles ou a partir deles ocorridas atualizam essa imaterialidade. E essa imaterialidade não deve ser desconsiderada ou menosprezada, pois ela os enriquece e permite que outras formas de valoração ocorram.

Acreditamos que patrimônio material e imaterial não deveriam ser pensados separadamente, nem tratados separadamente, a menos que seja imprescindível; assim como não se deveria pensar em patrimônio cultural e patrimônio natural como instâncias separadas: na cultura há natureza, por mais distante que possa parecer e a natureza é pensada e tratada de uma forma cultural; da mesma forma que a materialidade pressupõe uma imaterialidade e vice-versa.

A partir dos elementos apresentados acima, acreditamos que a Coleção Balbino de Freitas seja, efetivamente, representativa de parte do patrimônio arqueológico nacional, pois ela se caracteriza dentro das categorias que, acreditamos, serem as que compõem o patrimônio arqueológico brasileiro: o processo de tombamento, a prática científica, a relação com os museus/a Museologia e as facetas tangível e intangível.

3.2 – COLEÇÕES E(M) MUSEUS: RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO E ARQUEOLOGIA

As coleções nos museus – independente de estarem em exibição ou em Reserva Técnica – são uma oportunidade para pensarmos a relação entre patrimônio e arqueologia que ocorre dentro desses espaços.

A relação entre coleções e museus, como dito no tópico anterior, perpassa pela manutenção (e até criação) do que é patrimônio (material/imaterial). O Museu Nacional, ao abrigar a coleção Balbino de Freitas e mantê-la a partir de uma série de práticas científicas, contribui para o fortalecimento do patrimônio arqueológico ou, melhor dizendo, da relação entre o patrimônio e a arqueologia, por ser não só um local associado a ideia de patrimônio como também o espaço que permite que esse patrimônio seja reinterpretado, reintegrado e remanejado. Dessa forma, podemos considerar que os museus são espaços que permitem a difusão, manutenção e caracterização do que é patrimônio arqueológico.

3.2.1 – A musealização da Arqueologia

Uma das propostas de nosso trabalho é contribuir com a musealização da Arqueologia, que não deixa de ser um processo de valorização e difusão do patrimônio arqueológico.

Musealização da Arqueologia não engloba somente a comunicação do conhecimento arqueológico que é construído, mas também inclui o estudo das relações existentes entre patrimônio arqueológico e as instituições museológicas (SILVA, 2008: 150); melhor explicando, a musealização da Arqueologia vai além da exposição pura e simples dos “resultados da pesquisa”, ela trata de todo o processo que se inicia quando um artefato ou coleção arqueológica é transferido para um museu. Afinal, segundo BRUNO (1996: 56), a musealização é um processo constituído por um conjunto de fatores e de procedimentos, tais fatores e procedimentos possibilitam que os componentes do que conhecemos como patrimônio cultural se transformem efetivamente em herança, através das ações de preservação (nosso principal interesse) e de comunicação. Para a autora, a Museologia apresenta seu interesse principalmente na administração e na conservação da informação que os objetos contêm e que é decodificada por outra área de conhecimento (no nosso caso,

pela Arqueologia); assim como também é interesse da Museologia a organização de novas maneiras de informação, através dos discursos expositivos e das estratégias pedagógicas. Nosso interesse, como já mencionado, não são as exposições ou as práticas educativas, mas principalmente a preservação dos objetos e a conservação da informação, elementos que compõem a musealização da Arqueologia.

Convém, entretanto comentar que, o fenômeno da musealização apresenta uma interessante característica:

É possível afirmar que todo o esforço das instituições museológicas, desde o século passado, tem sido orientado no sentido de possibilitar a apropriação mais ampla dos objetos e coleções. Entretanto, os caminhos e as razões que levam estes mesmos objetos aos museus, ainda hoje, estão impregnados de conjunturas complexas e não muito claras.

A partir do exposto, é possível considerar que o processo de musealização, carrega, implicitamente, uma contradição, ou seja: os olhares seletivos que são responsáveis pela preservação patrimonial (tanto o olhar do poder econômico, quanto o do poder acadêmico) são impulsionados por uma realidade muito distinta daquela que emerge a partir de um fenômeno de comunicação.

(BRUNO, 1996: 59-60)

O processo de musealização pode agregar essas duas vertentes, desde que se reconheça que elas existem. Não é nosso intuito aqui aprofundar essa discussão, mas devemos ter em mente que ela existe e se faz presente quando discutimos as práticas da musealização da arqueologia.

Um diálogo entre Museologia e Arqueologia só pode enriquecer as duas disciplinas – ambas são ciências que trabalham com patrimônio e, como vimos acima, a Coleção Balbino de Freitas é, ao mesmo tempo, uma coleção arqueológica e museológica. Saber trabalhar com essas duas facetas juntas é um enriquecimento do patrimônio, pois a Museologia tem condições de fornecer à Arqueologia uma aproximação com a sociedade. Segundo BRUNO (1999: 129), isso ocorre em dois níveis:

1º a Museologia permite identificar e analisar o comportamento individual e/ou coletivo do homem frente ao seu patrimônio.

2º a Museologia desenvolve processos técnicos e científicos para que, a partir dessa relação, o patrimônio seja transformado em herança e contribua para a construção das identidades.

A partir daí podemos sugerir que a atuação da Museologia sobre a Coleção Balbino de Freitas – ou seja, a prática da musealização da Arqueologia – é uma ferramenta inestimável de fortalecimento da ideia de patrimônio arqueológico. No presente trabalho, nos interessa principalmente o segundo ponto levantado pela pesquisadora, pois ele alinha-se com nossa proposta: a Museologia, que é uma prática científica (portanto traz consigo as formas de valoração científica que expomos nos tópicos anteriores) dá continuidade ao processo iniciado pela Arqueologia, que é formar e apresentar um patrimônio.

Ainda segundo BRUNO (1999: 130):

A Arqueologia evidencia facetas das sociedades, descobre peculiaridades de um passado às vezes esquecido e faz aflorar os indicadores da memória, mas não tem potencialidades efetivas de comunicar-se em larga escala com a sociedade presente. Já a Museologia se estrutura como a área de conhecimento específica para viabilizar essa comunicação, mas depende, evidentemente, da produção de conhecimento próprio às áreas que estudam os indicadores da memória, como é o caso da Arqueologia.

Temos aí a relação, enriquecedora para as duas partes, entre Arqueologia e Museologia; essa relação se constrói principalmente por meio das coleções e da ideia de um patrimônio que deve ser compartilhado. A musealização da Arqueologia permite que as coleções possam ser vistas e encaradas como patrimônio por um contingente maior de pessoas, criando novos interesses e fortalecendo a importância da manutenção do patrimônio arqueológico.

3.2.2 – A visão sobre Patrimônio Arqueológico no Museu

Acreditamos que pudemos demonstrar que os museus e suas coleções possuem grande importância na apreensão do que é patrimônio arqueológico. Eles

não são os únicos elementos constituintes desse tipo de patrimônio, mas tornaram-se alguns dos mais representativos. A sua musealização permite um maior alcance de pessoas e, especialmente, permite a sua preservação e uma contínua revisitação, seja por meio de pesquisas, seja pelo trabalho do dia-a-dia de um museu.

A Coleção Balbino de Freitas é um exemplo de patrimônio arqueológico que sofre a musealização; ela possui uma série de características, apresentadas nesse capítulo, que a conformam como um patrimônio, mas é a possibilidade de todas elas se apresentarem, no espaço do Museu Nacional, que realmente conforma a coleção como representante do patrimônio arqueológico. Esse processo não se dá somente por parte da coleção estar na exposição permanente, mas também por causa de sua manutenção na Reserva Técnica – ainda que um trabalho muitas vezes “invisível” – é também uma forma de apresentação do patrimônio arqueológico.

Sua falta de informações não a torna “esvaziada” de valores, muitas vezes é isso que a enriquece, pois ao tentarmos preencher suas lacunas, continuamente a estudamos e ressignificamos. Claro que gostaríamos de saber que peças foram efetivamente coletadas em sambaquis e quais não foram. Sabemos que nem todas as peças são pré-históricas: os colares de contas de vidro são o maior exemplo disso. Também não pode ser considerada uma coleção “típica de sambaquis” (mesmo possuindo uma grande quantidade de peças que estejam no setor de sambaquis do Museu), embora sua apresentação dessa forma tenha sido um dos motivos de seu tombamento e provavelmente de sua compra. Porém, essa falta de maiores detalhes, essas lacunas, também são elementos de sua composição. Se só houvesse interesse naquilo que já nos chega “pronto”, completo e repleto de informações, muitas estantes em museus estariam vazias. Se a falta de informações sobre a coleta implicasse numa diminuição ou desaparecimento de relevância, não haveria a necessidade nem de tomar a Coleção, nem de mantê-la em um museu – seus objetos poderiam ser perfeitamente descartados.

Na lista de bens arqueológicos tombados pelo IPHAN, nos interessa perceber que das seis coleções arqueológicas – que incluem a coleção Balbino de Freitas, nosso objeto de estudo – cinco estão abrigadas em museus. Podemos pensar que a presença de uma coleção como a Balbino de Freitas em um museu é também uma forma de valoração dessa coleção – afinal, como vimos no capítulo anterior, o Museu Nacional é uma das mais importantes instituições científicas do país. Uma coleção que se encontra sob sua guarda já está colocada em um patamar de relevante importância científica. Podemos pensar que os museus funcionam também como espaços de valoração: são os espaços por excelência do patrimônio; além disso, um museu como

o Museu Nacional permite que ocorra a prática científica que discutimos no tópico anterior.

Além disso, os museus são locais de exposição – exposição desse patrimônio para visitantes do país e estrangeiros – e o Museu Nacional é um dos mais conhecidos. Quando escolhe elementos da Coleção Balbino de Freitas para expor, mesmo sem ter muitas informações sobre os mesmos, significa que o valor dela – científico e também estético – é tão forte que é um exemplo de algo maior, de toda uma cultura e de todo um patrimônio ligado ao tema.

Mesmo quando opta por deixar parte da coleção em Reserva Técnica, o Museu continua demonstrando o seu valor, pois os objetos em Reserva recebem tantos cuidados quanto aqueles que se encontram em exposição.

O Museu Nacional funciona como um espaço privilegiado de apresentação do patrimônio. Porém, não basta simplesmente colocar uma coleção nele para fazê-la representativa; a Coleção Balbino de Freitas construiu-se como exemplo de patrimônio arqueológico ao longo dos anos, desde 1900, quando a primeira peça foi coletada, até hoje, quando ela está sendo mantida, guardada, exibida e estudada. Constituir-se patrimônio e ser apresentado como patrimônio é um processo que vai além da inscrição em um livro de tombo, por mais que essa etapa seja necessária e legitimadora. Práticas científicas e o processo de musealização da Arqueologia também são necessários.

Estar em um museu não é a única forma de se constituir como patrimônio, mas é uma das mais eficazes. A Coleção Balbino de Freitas, ao encontrar-se dentro do Museu Nacional – não deixa de ser uma coleção arqueológica, mas passa a ter também o *status* de coleção museológica, ganhando assim um outro valor, da qual não pode mais se dissociar. Coleções arqueológicas que se encontram em museus, portanto, passam a apresentar uma outra face que as diferencia daquelas mantidas em universidades, laboratórios e outros tipos de instituições, e que as enriquecem de uma outra maneira.

Por fim, gostaríamos de acrescentar que os museus, como locais de apresentação do patrimônio arqueológico, devem ter a responsabilidade de continuamente promoverem as ações que caracterizam uma coleção como patrimônio. Este não é, de modo algum, um processo terminado, estático, mas que se refaz continuamente, enquanto coleções, museus e cultura existirem.

CONCLUSÕES

**SOBRE MUSEUS, COLEÇÕES E
ARQUEOLOGIA**

CONCLUSÕES: SOBRE MUSEUS, COLEÇÕES E ARQUEOLOGIA

Ao chegarmos ao final, acreditamos que vários outros aspectos poderiam ser abordados e que, provavelmente, houve algo que ficou de lado. Nem sempre é possível abordarmos tudo, mas esperamos ter conseguido, ao menos, falar sobre o que propomos.

Em relação aos pontos apresentados na introdução, que pretendíamos abordar ao longo de nosso trabalho, acreditamos que:

1. A Coleção Balbino de Freitas pode ser considerada representativa do patrimônio arqueológico brasileiro, senão dele todo, ao menos de uma faceta, que seria aquela representada pelas coleções guardadas em museus científicos; que podem ter passado pelo processo de tombamento. Isso não invalida a existência de outras formas de patrimônio arqueológico, como as que contemplam sítios (musealizados ou não), coleções que não estão em museus ou que não passaram pelo processo de tombamento etc. Nossa questão é que, dentro do universo possível do patrimônio arqueológico, a Coleção Balbino de Freitas representa um tipo específico de patrimônio, que engloba as questões de coleções, prática científica e tombamento.
2. Considerando que a Coleção estudada representa uma faceta do patrimônio arqueológico brasileiro, podemos dizer que ela é caracterizada por uma série de aspectos que são o que diferencia o tipo de patrimônio arqueológico que ela representa de outras formas do mesmo. Esses aspectos seriam: o processo de tombamento, a prática científica que a acompanha, a guarda de uma instituição museológica e os valores materiais e imateriais que os objetos possuem e que advêm justamente dessas ações mencionadas. São essas as características de um patrimônio arqueológico representado pela Coleção Balbino de Freitas.
3. Os Museus possuem um papel de extrema relevância na manutenção desse patrimônio arqueológico, cuja principal característica (ligada às outras acima mencionadas) é ser apresentado por coleções. Esse papel notável dos museus decorre de sua especificidade, por serem instituições de guarda, conservação e exibição. E é dentro de seu espaço que pode ocorrer o processo de musealização da arqueologia, que contribui com as duas áreas, permitindo que o patrimônio arqueológico seja apresentado, pensado e considerado em todo o seu potencial.

4. Museus de Ciência e a possibilidade de divulgação científica costumam andar juntos, ou ao menos serem pensados juntos. E a Arqueologia, presente em museus científicos, também precisa e deve ser pensada em termos de divulgação científica, não só para benefício do público e da sociedade em geral, como para seu próprio benefício, uma vez que a proteção e a preservação do patrimônio arqueológico depende não só da atuação dos profissionais e da ação da Lei, como também da compreensão da sociedade, que possui uma responsabilidade coletiva em relação ao patrimônio arqueológico (LIMA, 2000), sem que muitas vezes o saiba. Os museus são espaços privilegiados para a ocorrência da divulgação científica, pela sua capacidade de encantar e de instruir os visitantes acerca da importância e do valor da ciência e da pesquisa científica (VALENTE, 2004) e o contínuo estudo acerca de suas coleções possibilita que cada vez mais se possa aprimorar as possibilidades de divulgação científica.

Acreditamos que ainda mais poderia ser discutido: gostaríamos de trabalhar as questões relativas à educação patrimonial, arqueologia como ferramenta de desenvolvimento... Gostaríamos até mesmo de termos aprofundado mais o nosso tema. Acreditamos, porém, que as pesquisas não terminam ou ficam prontas, apenas que estágios são completados, para que, mais tarde, elas sejam novamente retomadas. Além disso, pensamos que toda investigação científica serve como suporte para aquelas que serão realizadas no futuro, por pessoas da mesma ou de diferentes áreas de atuação. Sendo assim, esperamos que essa pesquisa seja novamente retomada, futuramente, uma vez que a prática científica constitui-se também por essa continuidade.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm>. Acesso em 15 de abril de 2011.

BRASIL. Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986. Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências. 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7542.htm>. Acesso em 20 de maio de 2011.

BRUNO, Maria Cristina. *Formas de humanidade: concepção e desafios da musealização*. Cadernos de Sociomuseologia Revista Lusófona de Museologia, Vol. 9, no. 9, 1996. Lisboa: Centro de Estudos de Sociomuseologia.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Musealização da Arqueologia**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 1999. 234 p.

CABRAL, Magaly. Museus e o Patrimônio Intangível: o patrimônio intangível como veículo para a ação educacional e cultural. **Musas**: revista brasileira de museus e museologia. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, vol. 1, nº 1, Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

CADERNO de diretrizes museológicas I. Brasília Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. 2ª Edição.

CÂMARA, Roberta Nobre da. **A patrimonialização de material genético brasileiro: o estudo de caso coleção de fungos filamentosos do Instituto Oswaldo Cruz**. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2008.

CARLAN, Cláudio Umpierre. Os Museus e o Patrimônio Histórico: uma relação complexa. **História**, São Paulo, v. 27, p. 12-140, 2009.

CARLAM, Cláudio Umpierre. FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Patrimônio e colecionismo: algumas considerações. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, São Paulo, v. 1, p. 16-24, 2010.

CARVALHO, Aline Vieira de., FUNARI, Pedro Paulo. Patrimônio e Diversidade: Algumas questões para reflexão. IV ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE – IFCH / UNICAMP, 2008.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de, FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2001.

CORDEIRO, Darlan Pereira. **Conhecendo Arqueologia**. Itajaí: Ed. Autor, 2006.

COSTA, Diogo Menezes. Arqueologia patrimonial: o pensar do construir. **Revista Habitus**, Goiânia, v.2, p. 333-360, 2004.

COTTE, Michel. **The scientific heritage**: some introductory remarks. 2009. <<http://18avril.icomos.org/index.php/2009/Theme-2009/the-scientific-heritage-some-introductory-remarks.html>> Acessado em 23/04/2011.

CURY, Marília Xavier. Museu, filho de Orfeu, e musealização. In: **XXI Annual Conference of the International Committee for Museology - ICOM/International Council of Museums (ICOM)**, 1999, Coro, Venezuela. ICOM STUDY SERIES. Munique : Museums Pädagogisches Zentrum München, v. 31, p. 50-55, 1999.

De Blasis, Paulo; KNEIP, Andreas; Scheel-Ybert, Rita; GIANNINI, Paulo César; GASPAR, Maria Dulce. Sambaquis e paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. **Arqueología Suramericana** v. 3, p. 29-61, 2007.

DIAS, Carla da Costa. **O Museu Nacional**: formando e conformando o patrimônio nacional. Ilha R. Antr., Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, SC. v. 8, n. 1,2 (2006).

FLEIUSS, Max. **Historia administrativa do Brasil**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 1922

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, nº 24, pp.153-163, 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base Para Novas Políticas de Patrimônio. In: ARANTES, Antonio Augusto *et al.* **Inventário Nacional de Referências Culturais**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

FORTUNA, Carlos Alexandre., POZZI, Henrique Alexandre., CÂNDIDO, Manuelina M. Duarte. A Arqueologia na Ótica Patrimonial: Uma proposta para ser discutida pelos arqueólogos brasileiros. **Canindé**, Xingó, nº 1, Dezembro de 2001

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Ática, 1988.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Disponível em <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>. Acesso em 19 de dezembro de 2011.

GARDIN, Jean-Claude. **Une Archéologie Théorique**, Paris: Ed. Hachette, 1979.

GASPAR, Maria Dulce. Arqueologia, Cultura Material e Patrimônio. Sambaquis e Cachimbos. In: GRANATO, Marcus e RANGEL, Marcio (Org.). **Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins/ Grupo de Pesquisa em Preservação de Acervos Culturais, 2009, p. 39-52.

GASPAR, Maria Dulce. **Sambaqui**: arqueologia do litoral brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo S. A retórica da perda: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Departamento de Museus e Centros Culturais, 2007.

GRANATO, Marcus, SANTOS, Cláudia Penha dos. O Museu de Astronomia e Ciências Afins e suas Coleções. **Coleções Científicas Luso-Brasileiras: patrimônio a ser descoberto**

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Museus em Números*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. 240 p.; 29,7 cm; vol. 1. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/>>. Acessado em: 19 de março de 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Carta de Lausanne. Carta para a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico ICOMOS/ICAHM. 1990. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 22 de setembro de 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Decreto nº 25 de 30 de novembro de 1937. Conceitua e organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. 1937. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 14 de abril de 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria nº 07 de 1º de dezembro de 1988. Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios previstos na Lei nº 3.924/1961. 1988. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 24 de maio de 2011.

JORGE, Vitor Oliveira. **Arqueologia, Patrimônio e Cultura**, Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 2000.

KRAISCH, Adriana Machado Pimentel de Oliveira. O patrimônio arqueológico como elemento do patrimônio cultural. In: **XIII Encontro Estadual de História/História e Historiografia**. Guarabira: Anais do XIII Encontro de História/História e Historiografia, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

LIMA, Tânia Andrade. **Coleção Balbino de Freitas**. Histórico elaborado para a Disciplina de Arqueologia, dezembro de 2006.

LIMA, Tânia Andrade. **A ética que temos e a ética que queremos**: (ou como falar de princípios neste conturbado fim de milênio). in: MENDONÇA DE SOUZA, S. M. F. (org.) Anais do IX Congresso de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro: SAB, 2000.

LOPES, Maria Margaret. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: HIUCITEC, 1997, 369.

LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemyer Matheus. Divulgação científica em museus: as coleções e seu papel na linguagem expográfica. **Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos países de língua portuguesa e espanhola**. 2009. Volume 2, pp 207-215.

LOURENÇO, Marta. O patrimônio da ciência: importância para a pesquisa. **Museologia e Patrimônio** – Revista do PPG-PMUS, v. 2, n. 1, p.47-53, 2009.

MANZATO, Fabiana., FUNARI. Pedro Paulo Abreu. Turismo e a aproximação das culturas evidenciadas nas práticas de compartilhamento do patrimônio arqueológico. **Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 4, n. 2, p. 186-199, outubro de 2011.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Parecer sobre coleção e acervo. São Paulo, 4 de julho de 1980. In: Processo 21575/80 – CONDEPHAAT. (Mimeo).

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. 1986. Dispõe sobre critérios

básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em 23 de maio de 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Portaria Interministerial nº 69, de 23 de janeiro de 1989. Aprova normas comuns sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar. 1989. Disponível em: <<http://www.prpe.mpf.gov.br/internet/Legislacao/Patrimonio-Historico-e-Cultural/Portarias/PORTARIA-INTERMINISTERIAL-N1-69-DE-23-DE-JANEIRO-DE-1989>> . Acesso em 23 de maio de 2011.

MORAES, Camila Azevedo de. **Arqueologia Tupi no Nordeste de São Paulo**: um estudo de variabilidade artefactual. São Paulo: dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, 2007.

MORAIS, José Luiz. Perspectivas geoambientais da arqueologia do Paranapanema paulista., 238 f. Tese (Livre-Docência em Arqueologia Brasileira). USP/MAE, São Paulo, 1999.

NASCIMENTO, Rosana. A Instituição Museu: a historicidade de sua dimensão pedagógica a partir de uma visão crítica da instituição. **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa, nº11, 1998.

NETTO, Carlos Xavier de Azevedo. Preservação do patrimônio arqueológico – reflexões através do registro e transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n 3, p. 7-17, 2008.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

OLIVEIRA, Almir Felix Batista de. O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 29, p. 20-38, 2008.

POMIAN, Krzysztof. 1984. Coleções. In: **Enciclopédia Einaudi**, vol.1 Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp: 51-86.

POULOT, Dominique. 2003. “Nação, Museu e Acervo”. In: Bittencourt, José N. et alii. **A História Representada: o dilema dos museus**. Livro do Seminário Internacional. 127-134, Ed.. MHN / MC / IPHAN.

PRIMO, Judite Santos. Pensar contemporaneamente a museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**. nº16 1999. 5-38.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nosso país**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

PROUS, André *et al.* **Os Machados Pré-Históricos no Brasil Descrição de Coleções Brasileiras e Trabalhos Experimentais: Fabricação de lâminas, cabos, encabamento e utilização**. Canindé, Xingó, nº 2, Dezembro de 2002

SALADINO, Alejandra. Arqueologia patrimonializada e desenvolvimento social: perspectivas no Brasil e em Portugal. **Museologia e Patrimônio – Revista do PPG-PMUS**, v. 2, n. 2,p. 38-45, 2009.

SALADINO, Alejandra. **Prospecções na arqueologia brasileira: processos de resignificação e práticas de preservação do patrimônio arqueológico**. 26ª Reunião de Antropologia, realizada entre os dias 1 e 4 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

SCATAMACCHIA, M.C.M. *et al.* O aproveitamento científico de coleções arqueológicas: a Coleção Tapajônica do MAE/USP. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, EDUSP, n. 6, 1996.

SCHEINER, Tereza. Cristina. Moletta. As bases ontológicas do Museu e da Museologia / The Ontological Bases of the Museum and of Museology. In: **XXI Annual Conference of the International Committee for Museology - ICOM/International Council of Museums (ICOM)**, 1999, Coro, Venezuela. ICOM STUDY SERIES. Munique: Museums Pädagogisches Zentrum München, 1999. v. 31. p. 126-173.

SCIFONI, Simone. ; RIBEIRO, Wagner. Costa. Preservar: por que e para quem?. **Patrimônio e Memória**, UNESP, v. 2, p. 1-12, 2006.

SENA, Tatiana da Costa. **Relíquias da nação : a proteção de coleções e acervos no patrimônio (1937-1979)** Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2011. 172 f

SILVA, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da. Na contramão do trato com os materiais indígenas: a Coleção Arqueológica do Museu Histórico Lauro da Escóssia. **Mneme Revista de Humanidades**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caico. v. 06. nº 13, dez.2004/jan.2005.

SIMAO, Lucieni de Menezes. Elos do patrimônio: Luiz de Castro Faria e a preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 4, p. 421-436, 2009

SOARES, Bruno C. Brulon e SCHEINER, Tereza C. M. A chama interna: museu e patrimônio na identidade e na diversificação. **Museologia e Patrimônio** – Revista do PPG-PMUS, v. 3, n 1, p. 13-22, 2010.

SOARES, Bruno César Brulon. Entendendo o Ecomuseu: uma nova forma de pensar a Museologia. **Revista Eletrônica Jovem Museologia: estudos sobre museus, museologia e patrimônio**. Ano 01, nº 2, agosto de 2006. (pasta patrimônio natural, graduação).

SOUZA, Daniel Maurício Viana de. **Museus de Ciência e Divulgação Científica: a informação sobre o crivo da ideologia.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, IBCT-UFF, Niterói, 2007.

TRIGGER, Bruce, **História do pensamento arqueológico.** São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

VALENTE, Maria Esther Alvarez. **Os Museus de Ciência e Tecnologia: algumas perspectivas no Brasil dos anos 1980.** In: XII Encontro Regional de História - Campinas - ANPUH/SP, 2004, Campinas. Anais do XII Encontro Regional de História - Campinas - ANPUH/SP. São Paulo: ANPUH/SP, 2004. v. 1. p. 1-8.

VIEIRA, Ana Carolina Maciel; NOVAES, Mariana Gonzalez Leandro. ; MATOS, Juliana da Silva; FARIA, Ana Carolina Gelmini; MACHADO, Deusana Maria da Costa; PONCIANO, Luiza Corral Martins de Oliveira. A contribuição dos museus para a institucionalização e difusão da paleontologia. **Anuário do Instituto de Geociências.** Rio de Janeiro, v. 30, p. 152-161, 2007.

WISSENSCHAFTSRAT. Recommendations on Scientific Collections as Research Infrastructures. Berlin, 2011. Disponível em: <http://www.wissenschaftsrat.de/download/archiv/10464-11-11_engl.pdf> Acesso em: 1º de junho de 2011.

